

ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente: "Ingrid Christine da Silva Santos" <ingrid.santos@dataprom.com>
Para: "APPA EQUIPE DE PREGÃO" <pregaoeletronico@appa.pr.gov.br>
Com Cópia: "SUPAT" <supat@dataprom.com>
Data: 29/11/2024 14:07 (03 minutos atrás)
Assunto: RECUSRO ADMINISTRATIVO - PE 50/2024
Anexos: image001.png (13.85 KB)
image002.png (127 B)
01-52 ALTERACAO CONTRATUAL DATAPROM DOCS SOCIOs PROCURAÇÃO.pdf (12.91 MB)
Recurso administrativo- APPA- DATAPROM-Manifesto (1).pdf (4.55 MB)

Prezados,

A empresa **DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 80.590.045/0001-00, com sede na rua Tenente Francisco Ferreira de Souza, 470 – Hauer, Curitiba-PR, vem, respeitosamente e tempestivamente, com fulcro no item 13 do Edital, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão proferida no âmbito do Pregão Eletrônico nº 50/2024, que declarou vencedora do certame a licitante Head Net Tecnologia da Informática.

Favor acusar recebimento!

Atenciosamente,



Ingrid Christine da Silva Santos

Analista de Licitações Pleno

Tel.: +55 41 3014.1366

Cel.: +55 41 99963.5441

ingrid.santos@dataprom.com

Rua Tenente Francisco Ferreira de Souza, 470
Hauer | Curitiba-PR | Brasil | CEP 81.630-010

A informação contida neste e-mail é confidencial e destinada exclusivamente ao destinatário a quem foi endereçado. Caso tenha recebido este e-mail por engano, favor nos comunicar imediatamente e, posteriormente, apague-o, pois a disseminação, uso, impressão ou cópia do seu conteúdo é expressamente proibida.

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR LUIZ FERNANDO GARCIA, DIRETOR-PRESIDENTE DA
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA.**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2024.

**DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL
LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 80.590.045/0001-
00, com sede na rua Tenente Francisco Ferreira de Souza, 470 – Hauer, Curitiba-PR,
vem, respeitosamente e tempestivamente, com fulcro no item 13 do Edital, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão proferida no âmbito do Pregão Eletrônico nº 50/2024, que
declarou vencedora do certame a licitante Head Net Tecnologia da Informática.

1. TEMPESTIVIDADE:

Salienta-se, desde logo, que este recurso é tempestivo. A intenção de
recurso da Recorrente foi apresentada no dia 26/11/2024 (terça-feira). Considerando
que a contagem se iniciou no dia subsequente, o prazo de 03 (três) dias úteis (conforme
item 13.3 do Edital¹) se encerra em 29/11/2024 (sexta-feira), ocasião em que este
recurso estará devidamente protocolado.

2. SÍNTESE DOS FATOS:

Trata-se de Edital de Pregão Eletrônico nº 50/2024, que tem como
objeto a *“Contratação de empresa especializada para prestação de serviços sob
demanda de infraestrutura de cabeamento de rede lógica, cabeamento de rede
telefônica, câmeras de circuito interno de televisão (CFTV), equipamentos de controle
de acesso, com fornecimento de materiais e equipamentos de rede de dados,*

¹ Ao recorrente será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir de sua manifestação de
interesse na interposição de recurso para apresentação das razões, ficando os demais licitantes, desde
logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do
término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

compreendendo instalação, remoção, ampliação, remanejamento, manutenção preventiva e corretiva, testes de funcionalidade, durante o prazo de 12 (doze) meses em sistema de registro de preços”, conforme preâmbulo e item 2.1 do Edital.

Aberta a sessão e iniciada a disputa do lote em 01/11/2024, o Sr. Pregoeiro informou que a proposta de menor valor teria sido de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), realizada pela licitante LRF Serviços e Comércio em Informática Ltda. (“LRF”). As propostas foram assim classificadas:

	Participante	Segmento	Situação	Lance	Data/Hora lance
1	LRF SERVICOS E COMERCIO EM INFORMATICA LTDA	EPP*	Arrematante	R\$ 15.000.000,00	01/11/2024 07:48:58.420
2	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA	OE*	Classificado	R\$ 22.996.970,00	01/11/2024 10:57:08.894
3	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERV DE INFORMATICA INDUST	OE*	Classificado	R\$ 22.997.070,00	01/11/2024 10:57:04.762
4	PAMELA TOURINHO BRITO DUARTE	ME*	Classificado	R\$ 50.000.000,00	31/10/2024 12:26:03.659
5	COLOSSO - LOCACOES E SERVICOS LTDA	ME*	Classificado	R\$ 100.520.520,37	14/10/2024 13:29:02.096

A licitante LRF, em 07/11/2024, requereu sua desclassificação do certame, sob o fundamento de que teria “*realizado o cadastro errado no pregão*”. Na mesma data, foi convocada a licitante Head Net para envio da proposta ajustada e documentos de habilitação, o que foi feito na sequência.

Analisa a proposta e a documentação de habilitação da licitante Head Net, foi ela declarada vencedora em 25/11/2024:

Situação do lote	Declarado vencedor ?	Data e o horário	25/11/2024-17:53:03:818
Tempo mínimo lances intermediários	5 segundo(s)	Tempo mínimo cobrir melhor oferta	5 segundo(s)
Tempo aleatório de disputa	0 - 30 minutos		
Intervalo mínimo diferença de valores	R\$ 0,01	Valor mínimo cobrir melhor oferta	R\$ 0,01
CNPJ	06.323.719/0001-40		
Fornecedor	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA		
Telefone	(41) 997594492		
Nome contato	DANILO FREITAS		
Arrematado	R\$ 22.996.970,00		

Ocorre que há uma série de vícios na documentação apresentada, pelo que se faz necessária a interposição deste recurso administrativo, sendo imperiosa a reforma do entendimento para que seja inabilitada a licitante e desclassificada a proposta apresentada, nos termos e pelas razões que se passa a expor.

3. FUNDAMENTOS DO RECURSO:

Será demonstrado que a licitante Head Net deve ser inabilitada e desclassificada no certame, por ter deixado de atender várias das exigências e previsões editalícias.

Em primeiro lugar, os lances ofertados pela Head Net na sessão pública do certame devem ser desconsiderados e a licitante desclassificada, já que descumpriu diversas vezes o intervalo mínimo de tempo estabelecido e, ao que tudo indica, se valeu de robô para formular lances de modo fraudulento, comprometendo a isonomia e a competitividade entre as licitantes.

Em segundo lugar, os documentos de habilitação apresentados não cumprem os requisitos editalícios, seja porque não comprovaram que os profissionais indicados integram o seu quadro funcional, seja porque o balanço patrimonial foi assinado por profissional contábil que não apresentou Certidão de Regularidade.

Em terceiro lugar, a proposta apresentada não cumpre os requisitos editalícios, seja por não terem sido apresentados os catálogos completos de alguns dos itens ofertados, seja pelo fato de que alguns dos equipamentos não possuem as especificações técnicas mínimas exigidas.

3.1. REITERADO DESCUMPRIMENTO DO INTERVALO MÍNIMO DE TEMPO ENTRE OS LANCES OFERTADOS PELA HEAD NET – FORTES INDÍCIOS DE UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE (“ROBÔ”) PELA LICITANTE E ATUAÇÃO FRAUDULENTA:

Inicialmente, tem-se que a Recorrida descumpriu diversas vezes o intervalo mínimo de tempo estabelecido no certame para formular lances na sessão pública, oferecendo descontos com diferenças uniformes e em tempo ínfimo – o que aponta para o uso de robô com finalidade fraudulenta. Na prática, a atuação gerou vantagem indevida, fazendo com que a Head Net ficasse mais de 80% (oitenta por cento) do tempo à frente da Dataprom, comprometendo a isonomia entre as licitantes.

Após o início da sessão pública, a Dataprom e a Head Net começaram a apresentar novos lances, reduzindo os valores inicialmente ofertados e competindo entre si. Neste sentido, o Edital previu que os participantes seriam informados, **em tempo real**, do recebimento de seus lances (com o horário e valor), bem como do menor lance registrado:

8.6. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes ou seus representantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, os participantes serão informados em tempo real, de seu recebimento, respectivo horário de registro e valor. O sistema não identificará o autor do lance aos demais participantes.

9.8. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do autor dos lances;

Importante mencionar que no sistema em que foi realizada a sessão pública, o Licitações-e², do Banco do Brasil, restou expressamente consignado o tempo mínimo para as licitantes formularem lances intermediários e para cobrirem a melhor oferta – **5 (cinco) segundos**:

Lote [nº 1] ✕			
Resumo do lote	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços sob demanda de infraestrutura de cabeamento de rede lógica, cabeamento de rede telefônica, câmeras de circuito interno de televisão (CFTV), equipamentos de controle de acesso, com fornecimento de materiais e equipamentos de rede de dados, compreendendo instalação, remoção, ampliação, remanejamento, manutenção preventiva e corretiva, testes de funcionalidade, durante o prazo de 12 (doze) meses em sistema de registro de preços, conforme justificativas, normas especificações técnicas presentes no Termo de referência, do Edital e anexos. As especificações técnicas do objeto, encontram-se descritas no item 3 e Anexo I do termo de referência. A APPA utilizará os itens, subitens e seus quantitativos por demanda, não havendo obrigatoriedade de contratação ou aquisição total.		
Tratamento aplicado	Com tratamento diferenciado para ME/EPP/COOP ME/EPP/COOP		
Tipo de disputa	Com disputa em sessão pública	Critério de seleção	Todas as propostas
Situação do lote	Arrematado	Data e o horário	07/11/2024-09:15:58:829
Tempo mínimo lances intermediários	5 segundo(s)	Tempo mínimo cobrir melhor oferta	5 segundo(s)
Tempo aleatório de disputa	0 - 30 minutos		
Intervalo mínimo diferença de valores	R\$ 0,01	Valor mínimo cobrir melhor oferta	R\$ 0,01
CNPJ	06.323.719/0001-40		
Fornecedor	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA		
Telefone	(41) 997594492		
Nome contato	DANILO FREITAS		
Arrematado	R\$ 22.996.970,00		

² Disponível em: <https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp>. Acesso em 26 de nov. de 2024.

No mesmo sentido, antes da abertura da sessão, o Sr. Pregoeiro informou a todas as licitantes que o intervalo mínimo entre lances deveria ser de 5 (cinco) segundos³, bem como que **o TCU entende que o estabelecimento deste intervalo se coaduna à busca de isonomia entre as licitantes**⁴:

01/11/2024 10:00:33:963	SISTEMA	O tempo mínimo entre lances do próprio fornecedor em relação ao seu último lance deverá ser de <u>5 segundo(s)</u> , - quando este não for o melhor da sala.
01/11/2024 10:00:33:963	SISTEMA	O tempo mínimo entre fornecedores em relação ao melhor lance da sala deverá ser de <u>5 segundo(s)</u> .
01/11/2024 10:00:33:963	SISTEMA	Existem entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) de que intervalos de tempo entre lances representam mais uma solução na busca de isonomia entre licitantes.

O intervalo mínimo de tempo se presta a fazer com que os licitantes tenham condições de competir de forma justa. Se existe uma máquina capaz de cobrir lances instantaneamente após o lance anterior, a competição se torna injusta e o interesse público é ofendido. A atuação de tal licitante (como fez a Recorrida) caracteriza fraude e deve ser severamente penalizada, como se verá adiante.

Apesar do intervalo ter sido expressamente indicado no sistema em que se realizou a sessão pública, bem como reforçado pelo Sr. Pregoeiro, o que se verificou, na prática, é que a **Recorrida Head Net ofertou diversos lances sem observar o intervalo mínimo estipulado**. Veja-se:

8	01/11/2024 10:05:21:533	R\$ 29.307.000,00	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERV DE INFORMATICA INDUST
9	01/11/2024 10:05:22:446	R\$ 29.306.900,00	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA
(lance ofertado em menos de 1 segundo)			
12	01/11/2024 10:06:27:926	R\$ 29.304.000,00	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERV DE INFORMATICA INDUST
13	01/11/2024 10:06:28:938	R\$ 29.303.900,00	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA
(lance ofertado em pouco mais de 1 segundo)			
18	01/11/2024 10:07:59:475	R\$ 29.150.000,00	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERV DE INFORMATICA INDUST
19	01/11/2024 10:08:00:590	R\$ 29.149.900,00	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA
(lance ofertado em pouco mais de 1 segundo)			

³ Tanto em relação ao lance do próprio fornecedor, quanto ao melhor lance da sala.

⁴ Neste sentido: "estabelecer um intervalo adequado entre os lances pode contribuir para uma fase de disputa mais consciente e eficiente. Isso ocorre porque essa condição incentiva os licitantes a dimensionarem melhor suas ofertas e a avaliarem cuidadosamente suas estratégias de lance. Além disso, um intervalo adequado pode proporcionar mais agilidade à disputa, tornando o processo mais rápido e eficiente. Portanto, é fundamental encontrar um equilíbrio na definição desse intervalo para garantir a agilidade, mas também a competitividade e a economia na contratação." Disponível em: <https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/5-3-envio-de-lances/>. Acesso em 26 de nov. de 2024.

Este padrão se manteve durante toda a sessão, tendo inclusive o último lance da Head Net sido ofertado sem observar o tempo mínimo:

242	01/11/2024 10:57:04:762	R\$ 22.997.070,00	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERV DE INFORMATICA INDUST
243	01/11/2024 10:57:08:894	R\$ 22.996.970,00	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA

(lance ofertado em pouco mais de 4 segundos)

Portanto, gritante o descumprimento da Head Net do tempo mínimo de lances estabelecido no Pregão Eletrônico nº 50/2024.

É simplesmente impossível que um ser humano consiga dar um lance sempre R\$ 100,00 inferior com menos de 5 segundos (ou as vezes cerca de 1 segundo) de intervalo. Especialmente considerando que o sistema não atualizava em tempo real (ao contrário do previsto no Edital), mas sim demorava cerca de 10-15 segundos (para operadores humanos). É por isso que existe a regra do tempo mínimo e é por isso que se ela não for seguida a competitividade estará definitivamente frustrada.

Historicamente, a fixação de intervalo mínimo de tempo se faz justamente para “evitar a utilização de programas ("robôs") destinados a monopolizar o sistema e impedir que os demais licitantes consigam formular propostas”⁵.

Neste sentido, os reiterados envios de lances em tempo ínfimo apontam para a **utilização de robôs pela Recorrida**, já que um ser humano não consegue analisar o lance de sua concorrente, digitar o valor da oferta, preencher o *captcha* e enviar seu lance, tudo isso em menos de 1 (um) segundo.

Além disso, há outro evidente indício de utilização de robôs pela Head Net: o **reiterado oferecimento de descontos uniformes**, na medida em que absolutamente todos os lances se deram com uma diferença de exatamente R\$ 100,00 (cem reais), com relação ao lance anterior.

Do histórico da sessão pública, denota-se que a Recorrida ofertou a todo momento descontos de R\$ 100,00 (cem reais), em tempo muito curto, mesmo quando a Dataprom apresentava números “quebrados” ou que fugiam ao padrão:

⁵ JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. p. 686.

70	01/11/2024 10:19:18:856	R\$ 28.139.000,00	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERV DE INFORMATICA INDUST
71	01/11/2024 10:19:31:322	R\$ 28.138.900,00	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA
72	01/11/2024 10:19:47:604	R\$ 28.100.000,00	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERV DE INFORMATICA INDUST
73	01/11/2024 10:19:55:684	R\$ 28.099.900,00	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA
74	01/11/2024 10:20:31:842	R\$ 27.999.999,99	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERV DE INFORMATICA INDUST
75	01/11/2024 10:20:36:366	R\$ 27.999.899,99	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA

182	01/11/2024 10:40:02:317	R\$ 27.590.000,00	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERV DE INFORMATICA INDUST
183	01/11/2024 10:40:11:757	R\$ 27.589.900,00	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA
184	01/11/2024 10:40:23:920	R\$ 27.580.000,00	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERV DE INFORMATICA INDUST
185	01/11/2024 10:40:31:484	R\$ 27.579.900,00	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA
186	01/11/2024 10:40:39:027	R\$ 25.965.056,57	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERV DE INFORMATICA INDUST
187	01/11/2024 10:40:42:951	R\$ 25.964.956,57	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA
188	01/11/2024 10:41:08:154	R\$ 24.400.892,11	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERV DE INFORMATICA INDUST
189	01/11/2024 10:41:14:112	R\$ 24.400.792,11	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA
190	01/11/2024 10:41:45:944	R\$ 23.462.471,85	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERV DE INFORMATICA INDUST
191	01/11/2024 10:41:56:150	R\$ 23.462.371,85	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA

A Dataprom, ora Recorrente, de outro modo, apresentou diversos descontos significativos, em tempo bastante razoável, que chegaram a representar uma diminuição de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) frente ao lance anterior:

185	01/11/2024 10:40:31:484	R\$ 27.579.900,00	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA
186	01/11/2024 10:40:39:027	R\$ 25.965.056,57	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERV DE INFORMATICA INDUST
187	01/11/2024 10:40:42:951	R\$ 25.964.956,57	HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA
188	01/11/2024 10:41:08:154	R\$ 24.400.892,11	DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERV DE INFORMATICA INDUST

Como consequência desses fatores, verifica-se que a **Head Net ficou 81,80% (oitenta e um e oitenta por cento) do tempo a frente da Dataprom**⁶. Ou seja, na grande maioria do tempo, em razão dos rápidos lances ofertados pela Recorrida, obteve vantagem indevida e aumentou significativamente suas chances de êxito, de forma a comprometer a isonomia entre as licitantes.

Evidente que tal situação reduziu drasticamente a competitividade do certame e gerou benefício indevido e fraudulento para a Head Net.

A utilização de robô pela Head Net eliminou a competitividade do certame e fez com que a proposta vencedora não fosse a melhor, já que esta Recorrida

⁶ **Anexo 01:** Análise comparativa do intervalo de tempo entre os lances.

certamente ofereceria preço menor do que o consagrado vencedor se tivesse a oportunidade antes do encerramento randômico.

O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado sobre a ilegalidade do recurso de uso de robôs para a oferta de lances, quando utilizado para restringir a competitividade do certame e prejudicar a isonomia entre as licitantes, como se deu neste caso⁷.

“Embora não haja norma específica proibitiva do emprego de robôs no oferecimento de lances em pregões eletrônicos, o **TCU considera que o uso abusivo da ferramenta, isto é, quando impede que haja real competição por um operador humano, viola o princípio da isonomia** (ou da igualdade), que deve estar assegurado nas licitações públicas, no termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, c/c o art. 3º, *caput*, da Lei 8.666/1993, o art. 31, *caput*, da Lei 13.303/2016 e o art. 2º, *caput* e § 2º, do Decreto 10.024/2019 (que atualmente regula o pregão eletrônico).

Por serem, no início, inacessíveis à maioria dos concorrentes, os robôs davam injusta vantagem competitiva aos licitantes que deles dispunham, uma vez que, literalmente num segundo, de forma sobre-humana, conseguiam ler o lance do seu rival e preencher uma oferta de preço menor.

(...) Com relação ao pregão da Petrobras, que ora se examina, durante a fase aleatória iniciada às 15:30:07, processada em 421 segundos entre os lances 24 e 56, verifica-se que a licitante Positivo esteve por 310 segundos na liderança, o equivalente a 73,29% do tempo, contra 26,71% da Lenovo (desprezado o único lance da Dell, que foi inepto). Significa que a Positivo tinha 73,29% de chance de que a disputa terminasse, aleatoriamente, a seu favor, ou 2,74 vezes mais probabilidade de vencer do que a Lenovo.”⁸

Trazendo a análise acima para o presente caso, veja-se que a Head Net, com seu agir fraudulento através de robô, desrespeitou o intervalo mínimo de lances reiteradamente e esteve mais de 80% do tempo na frente da Recorrente, tendo por conta do artifício indevido utilizado quatro vezes mais probabilidade de vencer do que quem jogou limpo – a Dataprom – considerando que o encerramento é aleatório.

⁷ Neste sentido, vão de encontro os Acórdãos do TCU de nºs (i) 1647/2010-Plenário; (ii) 5432/2010-Primeira Câmara; (iii) 2601/2011-Plenário; (iv) 1216/2014-Plenário; (v) 3040/2014-Plenário; (vi) 2734/2015-Plenário; e (vii) 2498/2018-Plenário.

⁸ TCU - Acórdão nº 2173/2020 - Plenário - Rel.: Cons. Vital do Rêgo - DJe. 19.08.2020. *Grifamos e sublinhamos.*

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná⁹ já determinou inclusive a **anulação de uma sessão de lances**, em que restou comprovada a utilização de *software* para o fim de usurpar a competitividade do certame:

“Representação da Lei nº 8.666/93. Pregão Eletrônico. Uso de software robô. Apresentação de lances em menos de um segundo. Procedência. Determinação de anulação da sessão de lances e repetição do ato e de adoção de critérios para coibir o uso de software robô de lances automáticos em seus certames licitatórios.

(...) Nesta linha, entendo que a utilização de software de remessa automática de lances em licitações (“robô”, em oposição ao preenchimento manual por operador humano) conduz à vantagem competitiva dos licitantes que detêm a tecnologia sobre os demais participantes, o que ofende ao princípio da isonomia e ao caráter competitivo do certame (art. 3º da Lei 8.666/1993 e o parágrafo único do art. 5º do Decreto 5.450/2005).

De fato, não há dúvida que a utilização deste artifício tecnológico traz franca desigualdade de disputa com os licitantes que realizam o preenchimento manual por operadores humanos, uma vez que mesmo um profissional treinado não é capaz de receber, compreender e enviar uma nova proposta em milésimos de segundo. O software robô supera a agilidade humana e potencializa, em muito, a chance de vitória.

(...) Portanto, a possibilidade de cobrir lances em frações de segundo permite ao licitante com software robô ficar à frente do certame na maior parte do tempo, logrando assim probabilidade maior (e real) de ser o licitante com o lance vencedor no momento do encerramento do pregão, que é aleatório, além de gerar um claro desincentivo à competição por parte dos demais concorrentes.

Nesse contexto, as empresas que não possuem estes programas, por opção própria ou porque não possuem condições financeiras de adquirirem estes custosos softwares, ficam em condições de flagrante desigualdade com aqueles que o possuem.

Ademais, a possibilidade de o licitante com software robô cobrir, de maneira automática e imediata, os lances dos concorrentes simplesmente por alguns reais ou poucos centavos, **inibe a obtenção de qualquer vantagem de cunho econômico para a Administração**, o que também afronta o objetivo do processo licitatório de identificar a proposta mais vantajosa para a Administração.

(...) Diante do exposto, deve ser julgada procedente a presente representação para, nos termos propostos pelo Ministério Público de Contas, **determinar-se a anulação da sessão de**

⁹ Em julgado ainda mais recente: TCE/PR - Acórdão nº 3219/2023 - Tribunal Pleno - Rel.: Cons. José Durval Mattos do Amaral - DJe. 25.10.2023.

lances e repetição do ato, com determinação à Compagas e à Pregoeira responsável de que adotem critérios aptos a filtrar a participação de empresas munidas de softwares ilegais no procedimento, em especial, **aqueles relativos a intervalos mínimos entre lances**.¹⁰

A doutrina também é firme no sentido de que a utilização do *software* frustra e fraudula o caráter competitivo da licitação, subsumindo-se, inclusive, ao tipo penal previsto no art. 90, da Lei nº 8.666/93¹¹:

“Ora, como dito, o licitante não usuário do *software*, praticamente não goza de chances de êxito, comprometendo a competição pautada pelo princípio da isonomia. O uso de tais *softwares* representa fraude ostensiva ao caráter competitivo da licitação, frustrando a verdadeira disputa, subsumindo-se, perfeitamente, ao tipo penal previsto no art. 90 da Lei nº 8.666/93 (...) A alegação de que a inexistência de enunciado normativo que se refira especificamente ao *software* faz com que o seu uso seja permitido é insubsistente. Repita-se que o art. 90 da Lei nº 8.666/93 proíbe, com todas as letras, qualquer expediente que frustre o caráter competitivo do procedimento licitatório.”¹²

“Os licitantes utilizam-se do robô para fraudar a licitação, para pôr em xeque a lisura da competição. Insisto: o que é ilícito não é, em si, a utilização de uma máquina, mas a utilização de uma máquina para fraudar a licitação. Nos termos já explicados, os afluentes devem formular propostas sérias, firmes e concretas. Precisam verificar se têm condições de mantê-las, se são, para eles, exequíveis. Em decorrência dessas exigências, uma proposta vinculada à proposta do outro é sempre ilícita, como, por exemplo, “um por cento abaixo da proposta do primeiro colocado, seja ela qual for”. Como o licitante pode saber, nesse caso, se está apresentando uma proposta exequível? Não é concreta, porque não está perfeitamente delimitada em si mesma. É justamente isso que se faz com o robô: faz-se, previamente, uma proposta não concreta, vinculada à proposta do outro. O robô não age por si, não tem vida anímica própria, não tem vontade. Quem agiu foi quem o programou. A pessoa física que o programou já fez as propostas que ele, robô, enunciará durante a disputa. Fê-las, porém, com vinculação às propostas dos outros.

¹⁰ TCE/PR - Acórdão nº 2276/2018 - Tribunal Pleno - Rel.: Cons. Ivens Zschoerper Linhares - DJe. 29.08.2018. *Grifamos e sublinhamos*.

¹¹ Apesar dos entendimentos terem sido exarados sob a égide da Lei nº 8.666/1993, o dispositivo legal foi praticamente transcrito para o art. 337-F, da Lei nº 14.133/2021: “Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.”

¹² NIEBUHR, Joel de Menezes. **Pregão presencial e eletrônico**. 8. ed. rev., ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 365-366.

(...) Suponha-se que outros licitantes também possuam robôs. Quem vencerá? Quem conseguir adquirir o robô mais rápido. A disputa licitatória passa a ser a disputa pela compra da máquina mais possante. A empresa que adquire o *software* mais rápido ganha. Ela conseguirá cumprir o contrato? Isso não vem ao caso, o importante é ganhar! Em geral, ganha o licitante mais rico, pois este terá acesso à melhor máquina, e esta sempre ganhará a licitação.”¹³

Diante dos fatos narrados, ao que tudo indica, a Recorrida se valeu de robô para formular lances na sessão pública do certame, oferecendo reiterados descontos uniformes em tempo ínfimo.

Na prática, comprovou-se que **a ferramenta gerou vantagem indevida e comprometeu a competitividade do certame**, fazendo com que a Head Net, de modo fraudulento, ficasse mais de 80% (oitenta por cento) do tempo à frente da Dataprom no transcorrer da disputa. A desconsideração dos lances por ela ofertados e sua imediata desclassificação do Pregão Eletrônico nº 50/2024, bem como a abertura de processo administrativo para penalizar a licitante Head Net por fraude, portanto, são as medidas que se impõem.

3.2. RAZÕES QUE CONDUZEM À INABILITAÇÃO DA HEAD NET:

Para além do descumprimento do intervalo de tempo entre os lances ofertados pela Head Net que devem conduzir à desclassificação e penalização, também há irregularidades em seus documentos de habilitação – especialmente ante o descumprimento às exigências de certificação dos profissionais envolvidos.

3.3.1. Violação aos itens 11.5.1.4, 11.5.1.5, 11.5.1.7, 11.5.1.8, 11.5.1.9 e 11.5.1.10 do Edital – Ausência de comprovação de registro dos profissionais no quadro funcional da empresa:

Inicialmente, é de se ver que a Head Net descumpriu com os itens 11.5.1.4, 11.5.1.5, 11.5.1.7, 11.5.1.8, 11.5.1.9 e 11.5.1.10 do Edital. Os referidos itens versam sobre documentos de habilitação que a proponente deve apresentar:

¹³ MARTINS, Ricardo Marcondes. **Uso de robôs em pregões eletrônicos**. Revista Brasileira de Infraestrutura – RBINF, Belo Horizonte, a. 8, n. 15, p. 11-21, jan./jun. 2019. p. 16-17.

11.5.1.4. A PROPONENTE deverá apresentar documentação que comprove possuir em seu quadro funcional 01 (um) profissional Engenheiro de Segurança do Trabalho.

(fls. 23 do Edital)

11.5.1.5. A PROPONENTE deverá apresentar documentação que comprove possuir em seu quadro funcional 02 (dois) técnicos em sistemas de gerenciamento de vídeo monitoramento GENETEC, previsto no *item 273 da tabela - manutenção preventiva em câmeras*, o referido software é utilizado nesta Administração Portuária monitorando 396 câmeras e possuímos mais 170 licenças para inserção de novos dispositivos, portanto não haverá custo de licenciamento por parte da proponente vencedora. Caso a proponente remaneje ou manuseie para realizar serviço preventivo, deverá ter conhecimento para reabilitação do dispositivo no referido sistema, ajustando a posição inicial, foco e zoom para efetiva gravação de imagem com nitidez e qualidade. Quanto a exigência de dois profissionais, se faz necessário ou se torna obrigatório, no restabelecimento ou religação do dispositivo, pois um técnico deverá estar em área externa manipulando a câmera, com os ajustes necessários e o outro internamente, com o software aberto aferindo o funcionamento e posicionamento, conferindo o restabelecimento das gravações ininterruptas conforme prevê as normas da Receita Federal Brasileira.

(fls. 23 do Edital)

11.5.1.7. Pelo menos 01 (um) Profissional com formação superior em redes de computador com registro no respectivo órgão de classe.

(fls. 24 do Edital)

11.5.1.8. Apresentar documento que comprove possuir em seu quadro funcional no mínimo 02 (dois) profissionais com certificado de treinamento e capacitação pelo fabricante nas linhas de equipamentos de rede (switches) ofertadas em sua proposta visando garantir um contingente de profissionais suficiente para atender a demanda em situações rotineiras e emergenciais, dado o caráter crítico desses produtos para a operação da APPA como um todo.

(fls. 24 do Edital)

11.5.1.9. Apresentar documento que comprove possuir em seu quadro funcional no mínimo 2 (dois) profissionais, com certificado de treinamento e capacitação pelo fabricante dos materiais de cabeamento estruturado ofertados em sua proposta visando garantir um contingente de profissionais suficiente para atender a demanda em situações rotineiras e emergenciais, dado o caráter crítico desses produtos para a operação da APPA como um todo.

(fls. 24 do Edital)

11.5.1.10. Apresentar documento que comprove possuir em seu quadro funcional no mínimo 2 (dois) profissionais, com certificado de treinamento e capacitação pelo(s) fabricante(s) da câmera(s) ofertada(s).

11.5.1.10.1. Os certificados exigidos poderão pertencer aos mesmos profissionais exigidos para execução do serviço.

(fls. 24 do Edital)

Em suma, portanto, a partir dos itens acima, é exigido que a proponente comprove possuir em seu quadro funcional:

- a) 1 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho;
- b) 2 (dois) técnicos em sistemas de gerenciamento de vídeo monitoramento GENETEC;
- c) 1 (um) profissional com formação superior em rede de computadores;
- d) 2 (dois) profissionais com certificado de treinamento e capacitação pelo fabricante em linhas de equipamentos de rede (switches);
- e) 2 (dois) profissionais com certificado de treinamento e capacitação de cabeamento estruturado;
- f) no mínimo 2 profissionais com certificado de treinamento e capacidade pelo fabricante da câmera ofertada;

A partir da Análise Técnica exarada pela Gerência de Tecnologia da Informação da APPA, o atendimento aos itens teria sido comprovado por meio das seguintes certidões:

<p>11.5.1.4. A PROPONENTE deverá apresentar documentação que comprove possuir em seu quadro funcional 01 (um) profissional Engenheiro de Segurança do Trabalho.</p> <p>11.5.1.5. A PROPONENTE deverá apresentar documentação que comprove possuir em seu quadro funcional 02 (dois) técnicos em sistemas de gerenciamento de vídeo monitoramento GENETEC, previsto no item 273 da tabela - manutenção preventiva em câmeras, o referido software é utilizado nesta Administração Portuária monitorando 396 câmeras e possuímos mais 170 licenças para inserção de novos dispositivos, portanto não haverá custo de licenciamento por parte da proponente vencedora. Caso a proponente remaneje ou manuseie para realizar serviço preventivo, deverá ter conhecimento para reabilitação do dispositivo no referido sistema,</p>	<p>Atendidos (11.5.1.3 ao 11.5.1.5)</p>	<p>11.5.1.4. Atendido - Certidão apresentada na página 174 e 176 (Engenheiro de Segurança do Trabalho)</p> <p>15.5.1.5. Certificados apresentados nas páginas 180 a 191</p>
--	---	---

11.5.1.6. Declaração do fabricante do sistema de cabeamento estruturado ofertado informando que a proponente é instaladora credenciada e está apta a oferecer a garantia estendida de 25 (vinte e cinco) anos.	Atendidos (11.5.1.6 ao 11.5.1.8)	11.5.1.6. Atendido. Declaração do fabricante apresentada na página 192
11.5.1.7. Pelo menos 01 (um) Profissional com formação superior em redes de computador com registro no respectivo órgão de classe.		11.5.1.7. Atendido com ressalvas. Conforme Resolução 218/73 CONFEA, não há a nomenclatura profissional de Engenheiro de Redes, as atribuições deste profissional se equiparam ao de Engenheiro Eletricista e Engenheiro de Computação conforme art. 9 da Resolução.
11.5.1.9. Apresentar documento que comprove possuir em seu quadro funcional no mínimo 2 (dois) profissionais, com certificado de treinamento e capacitação pelo fabricante dos materiais de cabeamento estruturado ofertados em sua proposta visando garantir um contingente de profissionais suficiente para atender a demanda em situações rotineiras e emergenciais, dado o caráter crítico desses produtos para a operação da APPA como um todo.		11.5.1.9. Atendido. Certificados apresentados nas páginas 202 a 221
11.5.1.10. Apresentar documento que comprove possuir em seu quadro funcional no mínimo 2 (dois) profissionais, com certificado de treinamento e capacitação pelo(s) fabricante(s) da câmera(s) ofertada(s). 11.5.1.10.1. Os certificados exigidos poderão pertencer aos mesmos profissionais exigidos para execução do serviço.	Atendidos (11.5.1.9 a 11.5.1.12)	11.5.1.10. e 11.5.1.10.1. Atendido - Certificados apresentados nas páginas 222 e 223

No entanto, as certidões, por si só, não são suficientes. Analisando os documentos da Head Net, é de se ver que a empresa falhou em comprovar que os profissionais efetivamente integram seu quadro funcional.

Isso porque, conforme se depreende das páginas mencionadas pelo Relatório Técnico, trata-se apenas de certificação do profissional no CREA-PR e/ou diploma de formação do referido profissional. Com essas informações não é possível

extrair a informação de que os profissionais trabalham na empresa da proponente, mas apenas que possuem tal qualificação.

Para comprovar o vínculo empregatício, a Head Net anexou documentos intitulados de “Atestado de Saúde Ocupacional – ASO”. Todavia, esse documento se presta unicamente a demonstrar o **estado de saúde do trabalhador** e indicar se este está apto ou não para exercer determinada função¹⁴.

Para solicitar a realização de tal exame não é necessário comprovar vínculo empregatício. Nesse sentido, trata-se de um documento que pode ser solicitado a qualquer clínica especializada, sem que o profissional efetivamente se encontre registrado na empresa.

A partir desse cenário, não há como se utilizar de tal documentação para comprovar que os profissionais integram o quadro de funcionários da licitante, dada, sobretudo, a sua facilidade de obtenção sem que isso signifique que existe o vínculo exigido no Edital.

Não obstante tais pontos, tal documentação nem sequer poderia ser utilizada para esse fim. Isso porque, é entendimento consolidado no c. TCU que a prova de vínculo dos responsáveis técnicos deverá ser feita através de um dos seguintes documentos: (i) Ficha de registro do empregado – RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou (ii) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, em nome do profissional¹⁵.

A segunda possibilidade, como visto, é a comprovação por meio da apresentação da CTPS em nome do profissional. Todavia, as CTPS’s apresentadas pela Head Net também trazem severas imprecisões quanto ao seu quadro funcional, de modo que igualmente não podem ser aceitas para fins de comprovação.

Para cumprir com os cargos técnicos exigidos, a Head Net apresentou 4 (quatro) profissionais, supostamente de seu quadro funcional, sendo eles: André

¹⁴ Nos termos da Norma Regulamentadora Nº 7 (NR-7), do Ministério do Trabalho e Previdência.

¹⁵ TCU – Acórdão 103/2009 – Plenário – Representação – Rel. Min. Augusto Nardes.

Ricardo Augusto de Arruda (Engenheiro de Segurança); Fábio Sebastião Moreira Branco (Técnico); José Carlos Kaizu Cavalcanti (Engenheiro de Computação); e Wenio Gonçalves Silva (Técnico).

No entanto, analisando a CTPS dos profissionais, verifica-se que não são atualizadas. Isso porque, ou estão digitalizadas **há mais de 4 (quatro) anos**, ou foram emitidas virtualmente há, ao menos, **2 (dois) anos**:



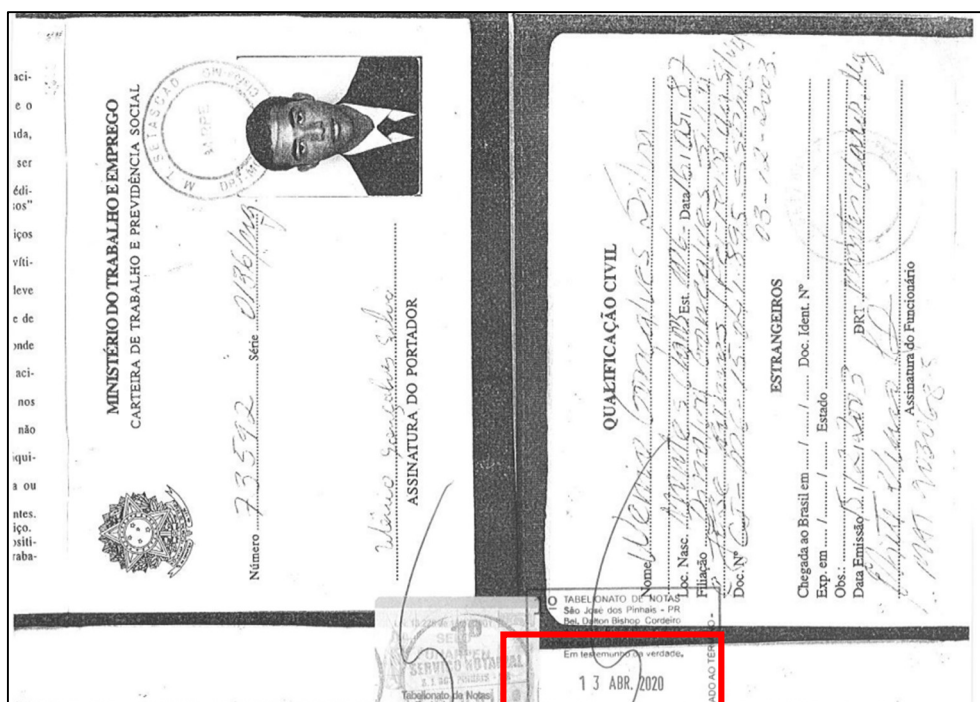
Carteira de Trabalho Digital

Dados Pessoais

Data de emissão: **07/06/2022**

Nome Civil: **JOSE CARLOS KAIZU CAVALCANTI**
 CPF: **861.871.719-34**
 Data de Nascimento: **24/02/1973**
 Sexo: **Masculino**
 Nacionalidade: **Brasileiro**
 Nome da Mãe: **FUMIKO KAIZU CAVALCANTI**

(Fls. 241 da documentação de habilitação da Head Net – CTPS emitida em 07/06/2022)



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número **73592** Série **0186100**

ASSINATURA DO PORTADOR

QUALIFICAÇÃO CIVIL

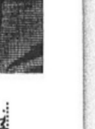
Nome **Wenio Gonçalves Silva**
 Doc. Nasc. **15/02/1973** Est. **MT** Data **15/02/73**
 Filiação **Wenio Gonçalves Silva**
 Doc. N° **03-12-2003**

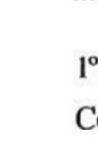
ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em Doc. Ident. N°
 Exp. em Estado
 Data Emissão
 Obs.:
 Assinatura do Funcionário

13 ABR. 2020

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL







Número 023740 Série 00200SP

André Ricardo Augusto de Almeida
 ASSINATURA DO PORTADOR

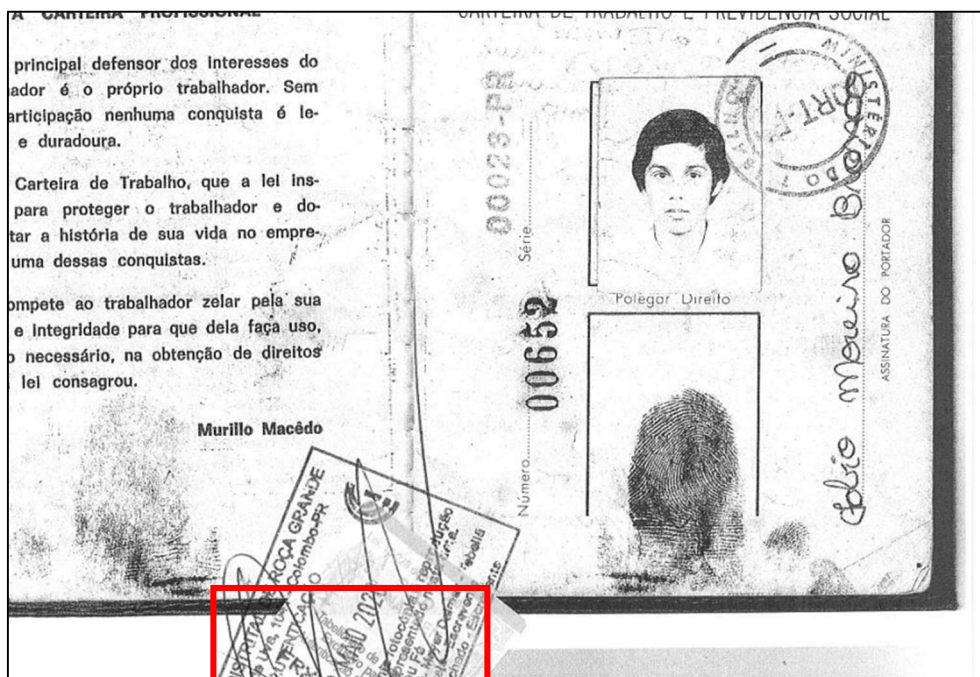
QUALIFICAÇÃO CIVIL
 Nome André Ricardo Augusto de Almeida
 Loc. Nas. São Vicente Est. SP Data 01/10/2019
 Filiação Milene Augusta de Almeida e Salazar Bu
 Doc. Nº 29501895-1

ESTRANGEIROS
 Chegada ao Brasil em / / Doc. Ident. Nº
 Exp. em / / Estado
 Obs.:
 Data Emissão 01/10/2019 SP Santos/SP

 **AUTENTICAÇÃO**
 AU0956AB0420020

 com o selo de autenticidade
 Paschoal Monte Bello - Oficial
 Escrevente

Este documento foi assinado digitalmente por Jacqueline Mara Felisbino.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br/443> e utilize o código 70F9-1186-7FE9-6DA2.



(Fls. 239 da documentação de habilitação da Head Net –autenticação em cartório feita em 12/05/2020)

Como se vê, as cópias das carteiras de trabalho estão **absolutamente desatualizadas**. Constam somente anotações da época da contratação e, mais do que isso, a maioria delas com autenticação de cartório datadas do ano de 2020. Ou seja, novamente, **não há certeza de que os profissionais ainda integram o quadro de funcionários**.

Mais do que apresentar os documentos, é preciso que a licitante garanta que estes sejam contemporâneos ao processo licitatório, a fim de assegurar a segurança jurídica da contratação. A partir dos documentos apresentados, não há como garantir que os profissionais mencionados têm vínculo empregatício com a Head Net.

A empresa ainda anexou registro de alguns empregados. No entanto, novamente, estão absolutamente desatualizados.

REGISTRO DE EMPREGO					
Empregador		HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA E			
Endereço		AVENIDA SAO GABRIEL, 481, PAVLH N , CAMPO PE			
Empregado			Beneficiários		
FABIO SEBASTIAO MOREIRA BRANCO					
Residência			Rua CEARA , 603, CASA 01, IGUACU, ARAUCARIA, PR, - CEP: 83701-147		
Data de nascimento		Local do nascimento			
11/05/1971		CURITIBA - PR			
FILIAÇÃO		Pai VERISSIMO FIGUEIRO MOREIRA BRANCO			
		Mãe MARLY SUSCKI BRANCO			
Cédula de identidade	Data de emissão	Órgão/UF emissor	Título El		
50005690	04/09/1997	SSP/PR	0573		
CTPS	Série	Data de expedição da CTPS	UF CTPS	CPF	
00652	00023	30/09/1986	PR	907.0	
Doc. militar	Categoria	Cor	Sexo		
		Não Informada	M		
Deficiência		Telefone Residência			
Não					
Cargo		Função			
INSTALADOR REPARADOR 6		INSALAD			
Data de Admissão	Salário	Por	Horário de Trabalho		
13/03/2017	R\$ 2.181,33	Mês	das 08:00 as 18:00		
FGTS	Opção em	Conta vinculada no banco			
	13/03/2017				
PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - PIS					
Cadastrado em	Sob nº	Domicílio bancário			
30/09/1986	122.99593.42-1				
Nº banco	Agência código	End. da agência			
ALTERAÇÕES DE SALÁRIO, CARGO E/OU FUNÇÃO					
Em 01/10/2019 R\$ 2.320,17 por mês retroativo a competência 06/2019					
Em 01/11/2018 R\$ 2.224,95 por mês retroativo a competência 06/2018					

(Fls. 260 da documentação de habilitação da Head Net –autenticação em cartório feita em 12/05/2020)

Em outros a situação é ainda mais grave. Além de não serem contemporâneos, **nem sequer consta a assinatura das partes**, não trazendo qualquer legitimidade ao documento:

Data e assinatura do trabalhador e empregador na ocasião da admissão.	
Colombo/PR, 6 de fevereiro de 2023	
HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA CNPJ: 06.323.719/0001-40	JOSE CARLOS KAIZU CAVALCANTI

(Fls. 261 da documentação de habilitação da Head Net –autenticação em cartório feita em 12/05/2020)

Ora, acaso os funcionários fossem efetivamente da empresa, é evidente que teria algum documento ou registro atual. Afinal, são documentos que fazem parte do dia a dia da contabilidade trabalhista e precisam estar atualizados.

Ainda que não seja exatamente o caso, pode-se traçar um paralelo com as exigências de comprovação de vínculo entre os responsáveis técnicos e a empresa, constantes no item 11.5.3 do Edital. O item prevê expressamente que a comprovação, do contratado, deverá se dar por meio de contrato de prestação de serviços; certidão de registro da pessoa jurídica em nome da proponente, onde conste o nome dos profissionais no quadro técnico:

11.5.3. Deverá ser comprovado vínculo entre o(s) responsável(is) técnico(s) e a empresa, seja na qualidade de sócio, através da cópia do contrato social ou ata de assembleia; como empregado, através de cópia do livro de registro de funcionários e cópia da carteira de trabalho contendo as respectivas anotações de contrato de trabalho; como contratado, por meio de contrato de prestação de serviços; certidão de registro de pessoa jurídica em nome da proponente, onde conste o nome dos profissionais no quadro técnico.

(Fls. 25 do Edital)

Assim como na hipótese descrita acima, um documento idôneo para comprovar o vínculo dos profissionais de engenharia seria por meio da apresentação do contrato de prestação de serviços.

Essa possibilidade, inclusive, já foi analisada pelo TCU, que, em casos mais recentes, além da apresentação da Ficha de Registro do Empregado ou da CTPS atualizada, vem admitindo que a comprovação possa se dar *por meio da apresentação de “contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil comum*¹⁶*”.*


Por fim, ainda é importante pontuar que há incongruência entre as informações dos profissionais. Isso porque, em que pese os profissionais André Ricardo Augusto de Arruda e José Carlos Kaizu Cavalcanti estejam nomeados como Engenheiro

¹⁶ TCU – Acórdão 2353/2024 – Segunda Câmara – Representação – Rel. Min. Augusto Nardes.

de Segurança e Engenheiro da Computação, respectivamente, a informação constante no único documento atual apresentado pela licitante (o ASO), é diversa da declarada.

O Sr. André Ricardo Augusto de Arruda consta como **Engenheiro Eletricista** e o Sr. José Carlos Kaizu Cavalcanti consta como **Analista de Negócios do Setor Administrativo**:

Funcionário	
Nome:	ANDRE RICARDO AUGUSTO DE ARRUDA
Código /Matrícula :	33 / 94
RG / CPF :	29501895-1 / 277.136.828-56
Nascimento/Idade:	01/02/1988 - 44
Cargo:	ENGENHEIRO ELETRICISTA
Setor:	CAMPO
Orgão Emissor:	
Sexo:	Masculino



(Fls. 231 dos documentos de habilitação da HeadNet)

Funcionário	
Nome:	JOSE CARLOS KAIZU CAVALCANTI
Código /Matrícula :	92 / COL86187171934000000083
RG / CPF :	42170011 / 861.871.719-34
Nascimento/Idade:	24/02/1973 - 50
Cargo:	ANALISTA DE NEGÓCIOS ADMINISTRATIVO
Setor:	
Orgão Emissor:	
Sexo:	Masculino

(Fls. 233 dos documentos de habilitação da HeadNet)

É evidente que se trata de funções diametralmente opostas. A título exemplificativo, as funções a serem exercidas pelo Engenheiro da Computação não se confundem com as funções de um Analista Administrativo.

A ausência da comprovação de que a licitante possui equipe técnica capacitada, para atendimento e suporte dos modelos de equipamentos cotados, na forma correta, é fundamental. Sem ela, abre-se margem para uma contratação insuficiente, ou seja, que não atende às necessidades da Administração.

Diante de todo o exposto, os documentos de habilitação apresentados pela empresa nesse tocante não podem ser aceitos para fins de comprovação dos itens 11.5.1.4., 11.5.1.5., 11.5.1.7., 11.5.1.8., 11.5.1.9. e 11.5.1.10 do Edital, de modo que sua inabilitação é medida que se impõe.

3.3.2. Violação ao item 11.8 do Edital – Ausência de apresentação do Certificado de Regularidade do CRC do profissional de contabilidade:

Indo adiante, a licitante também incorreu em violação ao item 11.8 do Edital. O referido item versa sobre a qualificação econômico-financeira e, entre um dos requisitos, há a exigência de apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, notadamente no item 11.8.1:

11.8.1. A empresa licitante deverá apresentar, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício do último exercício social, na forma da lei. Será considerado como aceito na “forma da lei” o balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício apresentado numa das seguintes formas:

(Fls. 28 do Edital)

O balanço patrimonial foi apresentado pela Head Net às fls. 91 a 109 e assinado pelo contador Marcos Antonio de Godoy:



(Fls. 7 dos documentos de habilitação da empresa Head Net)

No entanto, em que pese conste assinatura de um contador, profissional responsável por elaborar tal tipo de documentação, **a licitante não apresentou o Certificado de Regularidade do Conselho Regional de Contabilidade do profissional contabilista.**

O documento tem como objetivo *comprovar a regularidade do profissional da contabilidade perante o Conselho*¹⁷. Mais do que isso, a certidão

¹⁷ Disponível em: <https://www.crcpr.org.br/crcpr/certidoes/certidao-de-regularidade-profissional-divisao-de-registro>

comprova para as instituições e para terceiros a legitimidade do profissional. Em outras palavras, ter o registro significa ter habilitação para desempenhar o trabalho.

É de suma importância a comprovação da regularidade do profissional. Conforme preceitua a própria Resolução CFC 1.637, de 7 de outubro de 2021 (que dispõe sobre a emissão do certificado de regularidade de contadores), a profissão contábil foi regulamentada **em função do interesse público, o que impõe a necessidade de habilitação legal para a realização de qualquer trabalho técnico-contábil.**

Diante disso, caso a Administração Pública prossiga com a contratação sem a demonstração de tal qualificação do profissional, colocará em risco a segurança financeira do contrato, e, sobretudo, o interesse público.

Daí decorre mais uma ilegalidade que implica na inabilitação a empresa Head Net, tendo em vista a ausência de apresentação de Certidão de Regularidade do profissional de contabilidade que assinou o Balanço Patrimonial.

3.3.3. Necessária inabilitação da licitante Head Net por não atender às exigências de habilitação técnica

Descumpridas as exigências expostas acima, impera reconhecer a necessidade de inabilitação da empresa Head Net, nos termos do item 11.9.2 do Edital, que prevê que será declarado inabilitado e desclassificado o licitante que deixar de atender alguma exigência deste Edital ou apresentar declaração ou documentação que não preencha os requisitos legais:

11.9.2. Será declarado inabilitado e desclassificado o licitante que deixar de atender a alguma exigência deste Edital ou apresentar declaração ou documentação que não preencha os requisitos legais.

De acordo com o princípio da vinculação ao edital, é imposto à Administração *“a fiel observância às disposições editalícias, não permitindo à comissão de licitação ou ao pregoeiro deliberar de forma destrelada das normas que regem o*

*certame*¹⁸. Nesse sentido, as irregularidades ensejam a inabilitação da proposta da licitante.

A necessidade de se comprovar a qualificação técnica da licitante é de suma importância. A licitante deve ser inabilitada quando não apresentar documentação que comprove a aptidão técnica, conforme entendimento do e. TJPR:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO PROMOVIDA PELO INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO PARANÁ PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, NA SEDE E SUBSEDE DO IPEM-PR EM CURITIBA-PR, NAS SUAS REGIONAIS NAS CIDADES DE LONDRINA-PR, MARINGÁ-PR, CASCAVEL-PR E GUARAPUAVA-PR E NO ESCRITÓRIO DE FOZ DO IGUAÇU-PR. DECISÃO AGRAVADA QUE INDEFERIU A MEDIDA LIMINAR. **AGRAVANTE INABILITADA DO CERTAME POR NÃO TER APRESENTADO ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA QUE COMPROVASSEM A APTIDÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DA LICITAÇÃO, CONSOANTE EXIGÊNCIA CONTIDA NO EDITAL.** EXIGÊNCIA DE EXPERIÊNCIA NA PRÓPRIA ATIVIDADE A SER PRESTADA QUE É AUTORIZADA COMO REQUISITO PARA HABILITAÇÃO EM LICITAÇÃO EM CASOS EXCEPCIONAIS NAS QUAIS SE EXIJA ALGUMA QUALIFICAÇÃO ESPECIAL DOS PRESTADORES DE SERVIÇO. PRECEDENTES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. FUNÇÕES A SEREM EXERCIDAS PELOS PRESTADORES DE SERVIÇO CONTRATADOS PELA VENCEDORA DO CERTAME EM QUESTÃO QUE EXIGEM QUALIFICAÇÃO ESPECIAL. LEGALIDADE DA NORMA EDITALÍCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO¹⁹.

Para Joel de Menezes Niebuhr, esse requisito comprova, por parte do contratado, a experiência, conhecimento e aparato operacional necessários à satisfação do contrato administrativo:

A Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente a satisfazer o contrato administrativo. O interessado em firmar contrato com a Administração Pública precisa ter condições técnicas de cumpri-lo com máxima

¹⁸ TCU - Acórdão nº 4550/2020 - Plenário - Rel.: Min. Marcos Bemquerer - DJe. 09.12.2020.

¹⁹ TJPR – AI nº 0041315-60.2018.8.16.0000 – 4ª Câmara Cível – Rel.: Des.ª Maria Aparecida Blanco de Lima – DJe. 23/09/2019.

eficiência. Há contratos com grau de complexidade técnica elevado, em que **é necessária aptidão especialíssima para atender com presteza ao interesse público**, por efeito do que as exigências de qualificação técnica variam substancialmente dependendo do objeto da licitação e, por corolário, o futuro contrato²⁰.

O Autor ressalta que, em contratos de maior complexidade técnica, é necessária ***“aptidão especialíssima para atender com presteza ao interesse público”***. Ao contratar a licitante no caso sob comento, compromete-se o melhor interesse público, pois não há qualquer segurança ou garantia de que será prestada a manutenção adequada aos equipamentos já instalados.

Pelo contrário, a contratação da proposta de menor valor, sem que sejam levados em consideração outros aspectos, como a comprovação da capacidade técnico-operacional da licitante, abre margem para a chama seleção adversa, conforme lição de Marçal Justen Filho:

A seleção adversa consiste na situação em que o agente econômico, disposto a desembolsar o menor preço possível, adquire um produto destituído da qualidade mínima necessária, o que se configura como uma operação economicamente desvantajosa.

A seleção adversa costuma ocorrer nos casos em que o adquirente seleciona produtos de qualidade variável mediante o critério de menor preço²¹.

Deve, portanto, ser inabilitada a Head Net pela não comprovação da habilitação técnica exigida nos itens 11.5.1.4., 11.5.1.5., 11.5.1.7., 11.5.1.8., 11.5.1.9., 11.5.1.10 e 11.8 do Edital, já que evidentes as irregularidades apontadas na documentação apresentada. Consequentemente, deve ser examinada a proposta subsequente na ordem de classificação.

²⁰ NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. 5ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. p. 820. *Grifamos e sublinhamos*.

²¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratações administrativas. São Paulo: Thomson Reuters, 2021. p. 259 e 260. *Grifamos e sublinhamos*.

3.3. RAZÕES QUE CONDUZEM À DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELA HEAD NET:

Para além da inobservância aos requisitos editalícios de habilitação das licitantes, é de se ver que a Head Net também apresentou documentação deficitária para sua proposta, o que conduz à sua necessária desclassificação.

Consta no item 16.11 do Termo de Referência a previsão de que deve o licitante apresentar, juntamente à proposta de preços, catálogos completos de diversos dos itens ofertados, contendo todas as especificações técnicas correspondentes:

16.11. Junto com a proposta de preço, o licitante deverá apresentar:

a) Planilha de Formação de Preços com a valoração dos itens e sua soma não deverá ultrapassar o valor máximo arrematado, para todos os itens, contendo marcas e modelos para cada um dos itens, para facilitar o correto dimensionamento do serviço a ser executado e dos materiais aplicados.

b) **Catálogos completos de todos os itens da tabela abaixo, contendo todas as especificações técnicas dos materiais ofertados**, bem como os certificados de comprovação conforme descritos nos itens da planilha orçamentária. Somente será aceito catálogo emitido pela internet se contiver especificação do equipamento e o endereço eletrônico do fabricante para consulta. Atendendo as especificações constantes na planilha:

A licitante Head Net, no entanto, deixou de apresentar catálogos completos dos itens 184, 190 e 265, conforme exigido. Não suficiente, parte dos catálogos apresentados não é suficiente para atestar o atendimento do item correspondente às especificações técnicas exigidas, notadamente os catálogos dos itens 210, 221 e 268.

3.3.1. Falta de apresentação de catálogos de itens que compuseram a proposta da Head Net – Item 16.11, alínea ‘b’, do Termo de Referência:

Da leitura do Termo de Referência, consta a indicação dos itens componentes da proposta para os quais obrigatoriamente deveria ser apresentado o catálogo completo do fabricante. Dentre a listagem em questão, foram previstos os itens 184, 190 e 265, assim descritos:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade
(...)			
184	Cabo de fibra óptica multimodo 12 fibras 50/125µm, conforme características mínimas:	M	1000
(...)			
190	Cabo LSZH U/UTP Categoria 6A.	metros	3050
(...)			
265	Câmera Tipo 05 - Contrabordo	UN.	3

Na proposta apresentada pela licitante, foram indicadas as seguintes marcas/fabricantes e modelos para os referidos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Marca/Fabricante	Modelo
MATERIAIS			
(...)			
184	Cabo de fibra óptica multimodo 12 fibras 50/125µm, conforme características mínimas:	COMMScope	760053736
(...)			
190	Cabo LSZH U/UTP Categoria 6A.	SYSTIMAX	3091B

(Fl. 36 da Carta-Proposta da Head Net)

265	Câmera Tipo 05 - Contrabordo	Axis	Q8752-E Bispectral
-----	------------------------------	------	--------------------

(Fl. 44 da Carta-Proposta da Head Net)

A APPA, por sua vez, tornou pública a análise técnica da documentação da licitante, promovida pela Gerência de Tecnologia de Informação. Na oportunidade, atestou-se que a exigência editalícia teria sido integralmente atendida:

b) Catálogos completos de todos os itens da tabela abaixo, contendo todas as especificações técnicas dos materiais ofertados, bem como os certificados de comprovação conforme descritos nos itens da	Atendido (item 16.11 b.)	16.11. b) Atendido. Catálogos apresentados nos compilados 1 ao 19 conforme requisitado no item 16.11 b) do Termo de Referência.
---	--------------------------	--

planilha orçamentária. Somente será aceito catálogo emitido pela internet se contiver especificação do equipamento e o endereço eletrônico do fabricante para consulta.		
---	--	--

No entanto, não foi especificado em qual documento “compilado”, tampouco em qual página específica, teria sido apresentado o catálogo correspondente a cada um dos itens. Assim sendo, nem sequer há como se atestar que foi promovida a análise individualizada e específica de cada um dos catálogos exigidos.

A análise pormenorizada de toda a documentação evidencia, ao contrário, que os catálogos para esses itens **não foram apresentados** pela licitante.

Não há, em nenhum dos 19 “compilados” apresentados, catálogo dos das marcas/fabricantes e modelos específicos indicados pela Head Net para os itens 184, 190 e 265.

A exigência editalícia era expressa no sentido de que, **para todos os itens descritos na planilha do item 16.11 do Termo de Referência, obrigatoriamente deveriam ser apresentados os catálogos completos**, com todas as especificações técnicas dos materiais.

A ausência de apresentação dos documentos relativos a vários dos itens ofertados, portanto, configura evidente violação às exigências editalícias, devendo conduzir à desclassificação da proposta apresentada.

3.3.2. Apresentação de catálogos de itens ofertados na proposta da Head Net que não atendem as especificações técnicas – Item 16.11, alínea ‘b’, do Termo de Referência:

Em segundo lugar, analisando os catálogos apresentados pela Head Net para os itens ofertados, tem-se que alguns dos itens não cumprem com as exigências de especificações técnicas previstas no instrumento convocatório.

Neste sentido, consta na planilha de proposta orçamentária a indicação das características e funcionalidades que devem ser obrigatoriamente observadas para cada um dos itens.

Para o item 210 ("Câmera CFTV Fixa Box – Tipo 01), exige-se, dentre outras, que o equipamento possua campo de visão horizontal de 111° a 38°, e campo de visão vertical de 81° a 28°:

210	CÂMERA CFTV FIXA BOX- TIPO 01
	Destinadas à captura das imagens em alta resolução em locais específicos, deverão ser nativamente IP, não sendo aceitas soluções analógicas com conversores não integrados à câmera. Deverá atender no mínimo, aos seguintes requisitos relacionados: 30 fps em 5 MP ou até 180 fps em HDTV 720p; Tecnologia avançada de gravação em pouca luz e imagens WDR avançadas; Firmware assinado e inicialização segura; Estabilização eletrônica de imagem; Tecnologia integrada de redução de requisitos de largura de banda e armazenamento com suporte a H.264 e H.265; Deve possuir um sensor de imagem: CMOS RGB de 1/2,7 pol. com varredura progressiva; Possuir Lente com correção de IR, encaixe CS, P-irs; Varifocal 2.8–8 mm, F1.2. Campo de visão horizontal: 111°–38°; Campo de visão vertical: 81°–28° Deve Possuir

A licitante Head Net indicou em sua proposta o equipamento da marca Axis, modelo P1377-LE Network Camera:

210	CÂMERA CFTV FIXA BOX- TIPO 01	Axis	P1377-LE
-----	-------------------------------	------	----------

(Fl. 38 da Carta-Proposta da Head Net)

Ocorre que, da leitura do catálogo do equipamento anexado à proposta, extrai-se a informação de que o item não atende à exigência dos parâmetros de campo de visão. Ao contrário, o catálogo prevê um campo de visão inferior – tanto horizontal como vertical:

AXIS P1377-LE Network Camera			
Câmera		Protocolos com suporte	
Sensor de imagem	CMOS RGB de 1/2,7 pol. com varredura progressiva	IPv4, IPv6, USGV6, ICMPv4/ICMPv6, HTTP, HTTPS ^a , HTTP/2, TLS ^a , QoS Layer 3 DiffServ, FTP, CIFS/SMB, SMTP, mDNS (Bonjour), UPnP [™] , SNMP v1/v2c/v3 (MIB-II), DNS/DNSv6, DDNS, NTP, RTSP, RTP, SFTP, SRTP, TCP, UDP, IGMP, RTCP, ICMP, DHCPv4/v6, ARP, SOCKS, SSH, LLDP, CDP, MQTT v3.1.1, Syslog, endereço Link-Local (ZeroConf)	
Lente	Correção de IR, lente com encaixe CS, P-iris Varifocal 2.8 – 8 mm, F1.2 Campo de visão horizontal: 90°–38° Campo de visão vertical: 67°–28°	Integração de sistemas	

(Fis. 247 e seguintes do "compilado de documentos" nº 16)

É nítida a inadequação do item, portanto, que não atende à exigência do instrumento convocatório e às necessidades expostas pela APPA.

Ora, se uma proposta não atende as especificações técnicas exigidas no Edital, deve ser prontamente desclassificada, sob pena de ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e ao da isonomia, considerando que a Recorrida possui proposta que atende a integralidade do Edital – e do que a APPA entendeu ser necessário para atender suas necessidades, portanto.

Indo adiante, merece atenção também o item 221 do Edital, qual seja, o “Extensor PoE”. Para o item, a licitante Head Net indicou o equipamento da marca Commscope, modelo PFU-P-C-O-060-02:

221	Extensor PoE	COMMSCOPE	PFU-P-C-O-060-02
-----	--------------	-----------	------------------

(Fl. 39 da Carta-Proposta da Head Net)

Analisando as exigências editalícias para esse item, consta a previsão de que deve possuir sistema de alimentação ininterrupta:

221	Extensor PoE
	Com as seguintes especificações técnicas: Capacidade de um mínimo de 25,5W por porta RJ-45, em conformidade com a norma IEEE 802.3at; Cada porta Ethernet RJ-45 deverá suportar largura de banda 10/100/1000 Mbps; Comprovação de certificação IP66 para proteção contra jatos d’água e poeira; Deverão ser dotadas de bandeja de emenda, conversor de mídia óptica, injetor PoE, circuitos de alimentação; Comprovar compatibilidade mecânica entre os componentes internos; Possuir circuitos de proteção para surtos de até 4KA; Possuir circuitos de controle de polaridade, no caso de alimentação em corrente contínua; O conjunto deverá suportar 65°C de temperatura, assumindo 45°C de temperatura ambiente, mais 20°C de incidência solar sobre a caixa; Todas as caixas de campo deverão comprovadamente possuir sistema de alimentação ininterrupta por, no mínimo, 60 minutos, na condição de falta de energia;

Novamente, o catálogo do equipamento ofertado não comprova o atendimento à exigência. Em verdade, o documento apresentado pela licitante apenas indica que o ‘Extensor PoE’ exige uma unidade de fonte de alimentação (PSU) limitada a menos de ‘60V dc’:

<h1>PFU-P-C-O-060-02</h1>	
<p>Notes:</p> <ul style="list-style-type: none"> This table provides a partial listing of the maximum supported hybrid cable distances for a range of NEC Class 2 power supply output voltages, hybrid cable copper gauges and extender output power levels. NEC Class 2 requires a power supply unit (PSU) limited to less than 60V dc. In practice, some commercial 48V power supplies may be configured to output from 40V up to about 57V. 	

(Fl. 64 do “compilado de documentos” nº 19)

Do manual do equipamento, constante a partir da fl. 69 do “compilado de documentos” nº 19, também não se extrai qualquer informação sobre eventual sistema de alimentação ininterrupta, que poderia ser acionado em caso de falta de energia. Portanto, mais uma vez descumpridas as exigências técnicas veiculadas no instrumento convocatório.

Por fim, com relação ao item 268 do Edital (‘Câmera Panorâmica Multisensor - Tipo 08’), foi exigido no Modelo para Apresentação das Propostas (Anexo III), que poderá ser ofertada como um *hardware* único ou, de forma conjunta, pela Câmera PTZ e Câmera Multisensor (acoplada à PTZ).

No Datasheet apresentado pela Head Net, com relação às especificações técnicas do equipamento ofertado - ‘AXIS Q6010-E Network Camera’ -, restou expressamente indicado que foi desenvolvido para uso com outro equipamento - a ‘AXIS Q60-E PTZ Network Camera’:

AXIS Q6010-E Network Camera
Para monitoramento 360° em tempo real e detalhes excepcionais

Com quatro sensores de 5 MP e suavidade ao unir todas as quatro imagens, a AXIS Q6010-E oferece uma visão geral 360° completa com ótima usabilidade de imagem em dia e noite. Desenvolvida para uso com as AXIS Q60-E PTZ Network Cameras atuais, ela oferece controle de PTZ com um clique e o piloto automático para rastreamento de PTZ dentro das áreas de exibição. Além disso, cada sensor possui lentes intercambiáveis com foco automático para proporcionar máxima flexibilidade e configuração precisa. A AXIS Q6010-E usa o mesmo suporte, fonte de alimentação e cabo de rede que a AXIS Q60-E PTZ Network Camera conectada, oferecendo assim uma instalação eficiente em termos de custo. Além disso, a tecnologia Zipstream com suporte a H.264/H.265 reduz significativamente os requisitos de largura de banda e armazenamento sem comprometer a qualidade da imagem.

- > Câmera 360° com controle de PTZ com um clique
- > 4 x sensores de 5 MP, resolução total de 20 MP
- > Lentes intercambiáveis e inclináveis
- > Requer um modelo atual de AXIS Q60-E PTZ Network Camera
- > Piloto automático incluído

(Fl. 504 do “compilado de documentos” nº 19)

Ou seja, é ressaltado pela própria documentação juntada pela Recorrida que o equipamento ofertado para o item 268 do Edital deverá ser formado de um conjunto de 2 (dois) produtos da marca AXIS, mas é indicado tão somente o fornecimento de uma câmera:

268	CÂMERA PANORAMICA MULTISENSOR - TIPO 08	Axis	Q6010-E
-----	---	------	---------

(Fl. 44 da Carta-Proposta da Head Net)

Assim, da documentação apresentada, não há como se assegurar que a Head Net realmente fornecerá os dois equipamentos, que, conjuntamente, atendem plenamente às especificações técnicas veiculadas no instrumento convocatório. Patente, portanto, mais um descumprimento da Recorrida.

3.3.3. Necessária desclassificação da proposta da Head Net por não atender às exigências do Edital – Item 7.8.2 do Edital e art. 56, II da Lei nº 13.303/2016

É cristalina a desobediência da Head Net às especificações técnicas do instrumento convocatório, sendo incabível a manutenção da classificação de sua proposta. O Edital elenca esta como uma das hipóteses de desclassificação da proposta vencedora:

7.8. Serão desclassificadas antes da fase de lances as propostas que:

(...)

7.8.2. Não atenderem às exigências do Edital e seus anexos, ou que contiverem defeitos capazes de prejudicar o julgamento, ou que omitam qualquer informação obrigatória exigida.

A Recorrida omitiu várias informações obrigatórias exigidas – catálogos expressamente demandados no Edital – e não atendeu às exigências do Edital quanto às características técnicas dos equipamentos que propôs, conforme visto no subtópico anterior.

A Lei nº 13.303/2016, do mesmo modo, é clara ao dispor que serão desclassificadas as propostas que descumpram as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência:

Art. 56. Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daqueles que:

(...)

II - descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

O Regulamento Interno de Licitações e Contratações da APPA, reproduziu o dispositivo legal da Lei das Estatais, consignando que serão desclassificadas as propostas que descumprirem especificações técnicas constantes do instrumento convocatório:

Art. 214 Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daqueles que:

(...)

II - descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

Da fundamentação exposta, restou amplamente demonstrada a presença de diversas violações ao Edital, as quais colocam em risco a contratação. Abre-se, assim, margem para prejuízos à APPA, que poderá adquirir equipamentos que não possuam a qualidade e as especificações técnicas almejadas.

Não resta alternativa, portanto, que não a desclassificação da proposta da Head Net, com fulcro no item 7.8.2 do Edital, bem como no art. 56, II da Lei nº 13.303/2016. Caso contrário, será dada continuidade a certame eivado de ilegalidade, que poderá ser reconhecida judicialmente em momento futuro. Sobre o tema, a lição de Marçal Justen Filho:

“A desclassificação é o ato administrativo que determina a exclusão de uma proposta do certame em virtude do reconhecimento de um defeito ou da rejeição do seu saneamento.”²²

Não há o que se falar em realização de diligências ou mero erro formal. A apresentação dos catálogos expressamente exigidos e de equipamentos que possuem as especificações técnicas mínimas exigidas pelo Edital certamente deveria ser realizada originalmente na proposta, não se permitindo a realização de diligências para sanar os vícios.

O Tribunal de Contas da União entende que, na etapa de julgamento, deve ocorrer a desclassificação das propostas “*que não atendam aos critérios de*

²² JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. p. 703.

*aceitabilidade definidos em edital relativos ao preço máximo, **especificações técnicas ou por quaisquer outras inconsistências presentes na proposta***²³.

Nesse mesmo sentido, é entendimento consolidado pelo e. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que deve ser desclassificada a licitante que apresente proposta que não atenda às especificações técnicas do Edital:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. SUSPENSÃO DO CERTAME. DESCLASSIFICAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO DA AGRAVANTE. PROPOSTA APRESENTADA EM DÊSCOMPASSO COM OS DITAMES DO EDITAL DE ABERTURA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DA PROBABILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. LEGALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.”²⁴

“AGRAVO DE INSTRUMENTO – MANDADO DE SEGURANÇA – PREGÃO ELETRÔNICO – EMPRESA AGRAVANTE DESCLASSIFICADA DA LICITAÇÃO – DECISÃO AGRAVADA QUE INDEFERIU O PEDIDO LIMINAR DE SUSPENSÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – INABILITAÇÃO CORRETA – DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA EXPRESSAMENTE PREVISTA NO EDITAL – PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO – DECISÃO AGRAVADA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (...) Quanto ao princípio da igualdade ou isonomia, apreende-se que “impõe a Administração pública tratar igualmente a todos os que estejam na mesma situação fática e jurídica”. É dizer, o edital, no sistema jurídico vigente, é a norma fundamental da licitação, tendo por objetivo determinar o objeto do processo licitatório, discriminar os direitos e obrigações dos participantes e do próprio Poder Público. Portanto, se uma empresa candidata não satisfaz os requisitos editalícios com perfeição, não pode prosseguir no certame, tudo a fim de afastar subjetividades no certame; o que é extremamente reprovável na ordem jurídica vigente posta pela Constituição Federal de 1988.”²⁵

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. OBRA DE ENGENHARIA INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO-DE-OBRA. DESCLASSIFICAÇÃO DA AGRAVANTE. DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA PREVISTA NO EDITAL

²³ BRASIL. Tribunal de Contas da União. Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU/Tribunal de Contas da União. 5ª Edição, Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência, 2023. p. 489. *Grifamos e sublinhamos*.

²⁴ TJPR - AI nº 0015475-48.2018.8.16.0000 - 4ª Câmara Cível - Rel.: Des. Hamilton Rafael Marins Schwartz - DJe. 23.04.2019.

²⁵ TJPR - AI nº 0010853-81.2022.8.16.0000 - 5ª Câmara Cível - Rel.: Des. Renato Braga Bettega - DJe. 25.07.2022.

DO CERTAME. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. ARTIGO 41 DA LEI 8.666/1993. EDITAL QUE FAZ LEI ENTRE AS PARTES. A VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO É PRINCÍPIO ESSENCIAL CUJA INOBSERVÂNCIA CAUSA A NULIDADE DO PROCEDIMENTO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO.”²⁶

Portanto, tem-se que a classificação da proposta se deu em manifesta violação ao Edital e à legislação federal, devendo ser imediatamente revista, com a desclassificação da proposta da licitante.

4. PEDIDOS:

Por todo o exposto, a licitante **DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA.**, em respeito aos princípios e regras norteadores das licitações, requer a reforma da decisão ora recorrida, que declarou vencedora a licitante Head Net Tecnologia da Informática Ltda., para o fim de que se reconheça:

- a. A desclassificação da Head Net pelo descumprimento reiterado e ilícito do intervalo mínimo de tempo para formulação de lances estabelecido no certame, bem como a utilização fraudulenta de robô pela Recorrida, o que levou à restrição da competitividade e o comprometimento da isonomia entre as licitantes, ensejando, além da desclassificação, a penalização da licitante nos termos da lei;
- b. A inabilitação da Head Net, na medida em que não apresentou documentação que comprove registro dos profissionais no quadro funcional da empresa, bem como deixou de apresentar Certificado de Regularidade do CRC do profissional de contabilidade que assinou o balanço patrimonial apresentado.
- c. A desclassificação da Head Net, nos termos do item 7.8.2 do Edital e do art. 56, II da Lei nº 13.303/2016 eis que sua proposta

²⁶ TJPR - AI nº 0016691-68.2023.8.16.0000 - 4ª Câmara Cível - Rel.ª: Des.ª Subst. Luciani de Lourdes Tesseroli Maronezi - DJe. 03.09.2023.

não cumpre a integralidade dos requisitos editalícios, seja por não terem sido apresentados os catálogos completos de alguns dos itens ofertados, seja pelo fato de que alguns dos equipamentos não possuem as especificações técnicas mínimas exigidas.

Consigna-se que a manutenção da decisão que classificou e habilitou a ora Recorrida acarretará a tomada das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Nestes termos, aguarda deferimento.

De Curitiba/PR para Paranaguá/PR, 29 de novembro de 2024.

JACQUELINE M. FELISBINO
Representante Legal
CPF nº 659.272.819-15

Anexo 01: Análise comparativa do intervalo de tempo entre os lances.

DESCRIÇÃO	TEMPO EM S	PORCENTAGEM
DURAÇÃO TOTAL DA SESSÃO PÚBLICA (52:40)	3160	100%
TEMPO EM QUE A DATAPROM FICOU NA FRENTE (09:35)	575	18,20%
TEMPO EM QUE A HEAD NET FICOU NA FRENTE (43:05)	2585	81,80%

HORA	MINUTO	SEGUNDO	MILESIMO	HORA DO LANCE	EMPRESA	INTERVALO ENTRE LANCES
10	4	28	628	10:04:28 AM	DATAPROM	
10	4	30	596	10:04:30 AM	HEAD NET	00:00:02
10	5	21	533	10:05:21 AM	DATAPROM	00:00:51
10	5	22	446	10:05:22 AM	HEAD NET	00:00:01
10	5	53	873	10:05:53 AM	DATAPROM	00:00:31
10	5	56	266	10:05:56 AM	HEAD NET	00:00:03
10	6	27	926	10:06:27 AM	DATAPROM	00:00:31
10	6	28	938	10:06:28 AM	HEAD NET	00:00:01
10	6	57	7	10:06:57 AM	DATAPROM	00:00:29
10	6	59	858	10:06:59 AM	HEAD NET	00:00:02
10	7	25	31	10:07:25 AM	DATAPROM	00:00:26
10	7	30	337	10:07:30 AM	HEAD NET	00:00:05
10	7	59	475	10:07:59 AM	DATAPROM	00:00:29
10	8	0	590	10:08:00 AM	HEAD NET	00:00:01
10	8	25	103	10:08:25 AM	DATAPROM	00:00:25
10	8	31	223	10:08:31 AM	HEAD NET	00:00:06
10	8	54	983	10:08:54 AM	DATAPROM	00:00:23
10	9	1	831	10:09:01 AM	HEAD NET	00:00:07
10	9	24	164	10:09:24 AM	DATAPROM	00:00:23
10	9	32	244	10:09:32 AM	HEAD NET	00:00:08
10	9	53	266	10:09:53 AM	DATAPROM	00:00:21
10	9	55	530	10:09:55 AM	HEAD NET	00:00:02
10	10	27	348	10:10:27 AM	DATAPROM	00:00:32
10	10	28	882	10:10:28 AM	HEAD NET	00:00:01
10	10	51	653	10:10:51 AM	DATAPROM	00:00:23
10	10	53	683	10:10:53 AM	HEAD NET	00:00:02
10	11	20	737	10:11:20 AM	DATAPROM	00:00:27
10	11	22	301	10:11:22 AM	HEAD NET	00:00:02
10	11	45	415	10:11:45 AM	DATAPROM	00:00:23
10	11	54	209	10:11:54 AM	HEAD NET	00:00:09
10	12	25	342	10:12:25 AM	DATAPROM	00:00:31
10	12	28	329	10:12:28 AM	HEAD NET	00:00:03
10	12	42	872	10:12:42 AM	DATAPROM	00:00:14
10	12	45	72	10:12:45 AM	HEAD NET	00:00:03
10	12	59	370	10:12:59 AM	DATAPROM	00:00:14
10	13	2	906	10:13:02 AM	HEAD NET	00:00:03
10	13	32	325	10:13:32 AM	DATAPROM	00:00:30
10	13	35	857	10:13:35 AM	HEAD NET	00:00:03
10	13	57	753	10:13:57 AM	DATAPROM	00:00:22
10	14	7	925	10:14:07 AM	HEAD NET	00:00:10
10	14	19	470	10:14:19 AM	DATAPROM	00:00:12
10	14	25	768	10:14:25 AM	HEAD NET	00:00:06
10	14	51	566	10:14:51 AM	DATAPROM	00:00:26
10	14	58	633	10:14:58 AM	HEAD NET	00:00:07
10	15	15	811	10:15:15 AM	DATAPROM	00:00:17
10	15	19	910	10:15:19 AM	HEAD NET	00:00:04
10	15	35	552	10:15:35 AM	DATAPROM	00:00:16

Este documento foi assinado digitalmente por Jacqueline Mara Felisbino.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br.443> e utilize o código 70F3-1186-7FE9-6DA2.

Este documento foi assinado digitalmente por Jacqueline Mara Felisbino.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br.443> e utilize o código 70F3-1186-7FE9-6DA2.

Anexo 01: Análise comparativa do intervalo de tempo entre os lances.

DESCRIÇÃO					TEMPO EM S	PORCENTAGEM
DURAÇÃO TOTAL DA SESSÃO PÚBLICA (52:40)					3160	100%
TEMPO EM QUE A DATAPROM FICOU NA FRENTE (09:35)					575	18,20%
TEMPO EM QUE A HEAD NET FICOU NA FRENTE (43:05)					2585	81,80%
10	15	40	91	10:15:40 AM	HEAD NET	00:00:05
10	16	9	899	10:16:09 AM	DATAPROM	00:00:29
10	16	10	793	10:16:10 AM	HEAD NET	00:00:01
10	16	29	931	10:16:29 AM	DATAPROM	00:00:19
10	16	31	273	10:16:31 AM	HEAD NET	00:00:02
10	16	52	467	10:16:52 AM	DATAPROM	00:00:21
10	16	53	931	10:16:53 AM	HEAD NET	00:00:01
10	17	22	96	10:17:22 AM	DATAPROM	00:00:29
10	17	22	755	10:17:22 AM	HEAD NET	00:00:00
10	17	32	904	10:17:32 AM	DATAPROM	00:00:10
10	17	53	397	10:17:53 AM	HEAD NET	00:00:21
10	18	16	750	10:18:16 AM	DATAPROM	00:00:23
10	18	21	631	10:18:21 AM	HEAD NET	00:00:05
10	18	36	111	10:18:36 AM	DATAPROM	00:00:15
10	18	38	681	10:18:38 AM	HEAD NET	00:00:02
10	19	1	881	10:19:01 AM	DATAPROM	00:00:23
10	19	4	866	10:19:04 AM	HEAD NET	00:00:03
10	19	18	856	10:19:18 AM	DATAPROM	00:00:14
10	19	31	322	10:19:31 AM	HEAD NET	00:00:13
10	19	47	604	10:19:47 AM	DATAPROM	00:00:16
10	19	55	684	10:19:55 AM	HEAD NET	00:00:08
10	20	31	842	10:20:31 AM	DATAPROM	00:00:36
10	20	36	366	10:20:36 AM	HEAD NET	00:00:05
10	21	4	530	10:21:04 AM	DATAPROM	00:00:28
10	21	7	532	10:21:07 AM	HEAD NET	00:00:03
10	21	20	141	10:21:20 AM	DATAPROM	00:00:13
10	21	28	192	10:21:28 AM	HEAD NET	00:00:08
10	22	1	924	10:22:01 AM	DATAPROM	00:00:33
10	22	3	996	10:22:03 AM	HEAD NET	00:00:02
10	22	20	373	10:22:20 AM	DATAPROM	00:00:17
10	22	21	260	10:22:21 AM	HEAD NET	00:00:01
10	22	35	118	10:22:35 AM	DATAPROM	00:00:14
10	22	38	992	10:22:38 AM	HEAD NET	00:00:03
10	23	0	607	10:23:00 AM	DATAPROM	00:00:22
10	23	1	856	10:23:01 AM	HEAD NET	00:00:01
10	23	22	700	10:23:22 AM	DATAPROM	00:00:21
10	23	32	396	10:23:32 AM	HEAD NET	00:00:10
10	23	45	373	10:23:45 AM	DATAPROM	00:00:13
10	23	53	987	10:23:53 AM	HEAD NET	00:00:08
10	24	22	662	10:24:22 AM	DATAPROM	00:00:29
10	24	24	377	10:24:24 AM	HEAD NET	00:00:02
10	24	45	635	10:24:45 AM	DATAPROM	00:00:21
10	24	54	634	10:24:54 AM	HEAD NET	00:00:09
10	25	13	193	10:25:13 AM	DATAPROM	00:00:19
10	25	15	339	10:25:15 AM	HEAD NET	00:00:02
10	25	34	690	10:25:34 AM	DATAPROM	00:00:19
10	25	35	890	10:25:35 AM	HEAD NET	00:00:01
10	25	48	495	10:25:48 AM	DATAPROM	00:00:13
10	25	54	380	10:25:54 AM	HEAD NET	00:00:06

Anexo 01: Análise comparativa do intervalo de tempo entre os lances.

DESCRIÇÃO					TEMPO EM S	PORCENTAGEM
DURAÇÃO TOTAL DA SESSÃO PÚBLICA (52:40)					3160	100%
TEMPO EM QUE A DATAPROM FICOU NA FRENTE (09:35)					575	18,20%
TEMPO EM QUE A HEAD NET FICOU NA FRENTE (43:05)					2585	81,80%
10	26	13	553	10:26:13 AM	DATAPROM	00:00:19
10	26	17	144	10:26:17 AM	HEAD NET	00:00:04
10	26	43	165	10:26:43 AM	DATAPROM	00:00:26
10	26	48	129	10:26:48 AM	HEAD NET	00:00:05
10	27	2	764	10:27:02 AM	DATAPROM	00:00:14
10	27	7	730	10:27:07 AM	HEAD NET	00:00:05
10	27	16	5	10:27:16 AM	DATAPROM	00:00:09
10	27	18	728	10:27:18 AM	HEAD NET	00:00:02
10	27	41	183	10:27:41 AM	DATAPROM	00:00:23
10	27	49	709	10:27:49 AM	HEAD NET	00:00:08
10	27	59	387	10:27:59 AM	DATAPROM	00:00:10
10	28	10	51	10:28:10 AM	HEAD NET	00:00:11
10	28	27	952	10:28:27 AM	DATAPROM	00:00:17
10	28	30	319	10:28:30 AM	HEAD NET	00:00:03
10	28	43	346	10:28:43 AM	DATAPROM	00:00:13
10	28	48	539	10:28:48 AM	HEAD NET	00:00:05
10	28	57	921	10:28:57 AM	DATAPROM	00:00:09
10	29	1	232	10:29:01 AM	HEAD NET	00:00:04
10	29	12	361	10:29:12 AM	DATAPROM	00:00:11
10	29	21	830	10:29:21 AM	HEAD NET	00:00:09
10	29	28	371	10:29:28 AM	DATAPROM	00:00:07
10	29	31	663	10:29:31 AM	HEAD NET	00:00:03
10	29	43	321	10:29:43 AM	DATAPROM	00:00:12
10	29	53	143	10:29:53 AM	HEAD NET	00:00:10
10	30	8	384	10:30:08 AM	DATAPROM	00:00:15
10	30	13	280	10:30:13 AM	HEAD NET	00:00:05
10	30	27	755	10:30:27 AM	DATAPROM	00:00:14
10	30	34	287	10:30:34 AM	HEAD NET	00:00:07
10	30	47	834	10:30:47 AM	DATAPROM	00:00:13
10	30	55	66	10:30:55 AM	HEAD NET	00:00:08
10	31	17	523	10:31:17 AM	DATAPROM	00:00:22
10	31	21	254	10:31:21 AM	HEAD NET	00:00:04
10	31	27	979	10:31:27 AM	DATAPROM	00:00:06
10	31	36	353	10:31:36 AM	HEAD NET	00:00:09
10	31	52	182	10:31:52 AM	DATAPROM	00:00:16
10	31	54	842	10:31:54 AM	HEAD NET	00:00:02
10	32	30	600	10:32:30 AM	DATAPROM	00:00:36
10	32	38	299	10:32:38 AM	HEAD NET	00:00:08
10	33	0	46	10:33:00 AM	DATAPROM	00:00:22
10	33	5	154	10:33:05 AM	HEAD NET	00:00:05
10	33	19	481	10:33:19 AM	DATAPROM	00:00:14
10	33	20	178	10:33:20 AM	HEAD NET	00:00:01
10	33	35	622	10:33:35 AM	DATAPROM	00:00:15
10	33	38	889	10:33:38 AM	HEAD NET	00:00:03
10	33	58	589	10:33:58 AM	DATAPROM	00:00:20
10	34	1	3	10:34:01 AM	HEAD NET	00:00:03
10	34	30	178	10:34:30 AM	DATAPROM	00:00:29
10	34	31	255	10:34:31 AM	HEAD NET	00:00:01
10	35	6	888	10:35:06 AM	DATAPROM	00:00:35

Anexo 01: Análise comparativa do intervalo de tempo entre os lances.

DESCRIÇÃO					TEMPO EM S	PORCENTAGEM
DURAÇÃO TOTAL DA SESSÃO PÚBLICA (52:40)					3160	100%
TEMPO EM QUE A DATAPROM FICOU NA FRENTE (09:35)					575	18,20%
TEMPO EM QUE A HEAD NET FICOU NA FRENTE (43:05)					2585	81,80%
10	35	12	983	10:35:12 AM	HEAD NET	00:00:06
10	35	32	327	10:35:32 AM	DATAPROM	00:00:20
10	35	34	449	10:35:34 AM	HEAD NET	00:00:02
10	35	43	559	10:35:43 AM	DATAPROM	00:00:09
10	35	44	478	10:35:44 AM	HEAD NET	00:00:01
10	36	2	565	10:36:02 AM	DATAPROM	00:00:18
10	36	5	530	10:36:05 AM	HEAD NET	00:00:03
10	36	14	613	10:36:14 AM	DATAPROM	00:00:09
10	36	15	830	10:36:15 AM	HEAD NET	00:00:01
10	36	32	214	10:36:32 AM	DATAPROM	00:00:17
10	36	33	439	10:36:33 AM	HEAD NET	00:00:01
10	36	46	485	10:36:46 AM	DATAPROM	00:00:13
10	36	49	599	10:36:49 AM	HEAD NET	00:00:03
10	37	2	198	10:37:02 AM	DATAPROM	00:00:13
10	37	5	973	10:37:05 AM	HEAD NET	00:00:03
10	37	14	327	10:37:14 AM	DATAPROM	00:00:09
10	37	17	523	10:37:17 AM	HEAD NET	00:00:03
10	37	32	164	10:37:32 AM	DATAPROM	00:00:15
10	37	37	939	10:37:37 AM	HEAD NET	00:00:05
10	37	49	434	10:37:49 AM	DATAPROM	00:00:12
10	37	57	166	10:37:57 AM	HEAD NET	00:00:08
10	38	12	971	10:38:12 AM	DATAPROM	00:00:15
10	38	14	39	10:38:14 AM	HEAD NET	00:00:02
10	38	31	584	10:38:31 AM	DATAPROM	00:00:17
10	38	40	381	10:38:40 AM	HEAD NET	00:00:09
10	38	57	30	10:38:57 AM	DATAPROM	00:00:17
10	39	1	31	10:39:01 AM	HEAD NET	00:00:04
10	39	17	442	10:39:17 AM	DATAPROM	00:00:16
10	39	21	160	10:39:21 AM	HEAD NET	00:00:04
10	39	34	436	10:39:34 AM	DATAPROM	00:00:13
10	39	41	100	10:39:41 AM	HEAD NET	00:00:07
10	40	2	317	10:40:02 AM	DATAPROM	00:00:21
10	40	11	757	10:40:11 AM	HEAD NET	00:00:09
10	40	23	920	10:40:23 AM	DATAPROM	00:00:12
10	40	31	484	10:40:31 AM	HEAD NET	00:00:08
10	40	39	27	10:40:39 AM	DATAPROM	00:00:08
10	40	42	951	10:40:42 AM	HEAD NET	00:00:03
10	41	8	154	10:41:08 AM	DATAPROM	00:00:26
10	41	14	112	10:41:14 AM	HEAD NET	00:00:06
10	41	45	944	10:41:45 AM	DATAPROM	00:00:31
10	41	56	150	10:41:56 AM	HEAD NET	00:00:11
10	42	31	164	10:42:31 AM	DATAPROM	00:00:35
10	42	37	733	10:42:37 AM	HEAD NET	00:00:06
10	42	58	14	10:42:58 AM	DATAPROM	00:00:21
10	42	58	906	10:42:58 AM	HEAD NET	00:00:00
10	43	22	995	10:43:22 AM	DATAPROM	00:00:24
10	43	30	234	10:43:30 AM	HEAD NET	00:00:08
10	43	59	681	10:43:59 AM	DATAPROM	00:00:29
10	44	1	300	10:44:01 AM	HEAD NET	00:00:02

Anexo 01: Análise comparativa do intervalo de tempo entre os lances.

DESCRIÇÃO					TEMPO EM S	PORCENTAGEM
DURAÇÃO TOTAL DA SESSÃO PÚBLICA (52:40)					3160	100%
TEMPO EM QUE A DATAPROM FICOU NA FRENTE (09:35)					575	18,20%
TEMPO EM QUE A HEAD NET FICOU NA FRENTE (43:05)					2585	81,80%
10	44	32	414	10:44:32 AM	DATAPROM	00:00:31
10	44	42	796	10:44:42 AM	HEAD NET	00:00:10
10	45	6	309	10:45:06 AM	DATAPROM	00:00:24
10	45	8	838	10:45:08 AM	HEAD NET	00:00:02
10	45	37	100	10:45:37 AM	DATAPROM	00:00:29
10	45	44	629	10:45:44 AM	HEAD NET	00:00:07
10	48	21	924	10:48:21 AM	DATAPROM	00:02:37
10	48	30	278	10:48:30 AM	HEAD NET	00:00:09
10	48	57	620	10:48:57 AM	DATAPROM	00:00:27
10	49	0	776	10:49:00 AM	HEAD NET	00:00:03
10	49	21	873	10:49:21 AM	DATAPROM	00:00:21
10	49	28	850	10:49:28 AM	HEAD NET	00:00:07
10	49	59	547	10:49:59 AM	DATAPROM	00:00:31
10	50	2	495	10:50:02 AM	HEAD NET	00:00:03
10	50	31	225	10:50:31 AM	DATAPROM	00:00:29
10	50	32	870	10:50:32 AM	HEAD NET	00:00:01
10	50	47	456	10:50:47 AM	DATAPROM	00:00:15
10	50	53	260	10:50:53 AM	HEAD NET	00:00:06
10	51	8	327	10:51:08 AM	DATAPROM	00:00:15
10	51	12	172	10:51:12 AM	HEAD NET	00:00:04
10	51	32	679	10:51:32 AM	DATAPROM	00:00:20
10	51	35	230	10:51:35 AM	HEAD NET	00:00:03
10	51	57	453	10:51:57 AM	DATAPROM	00:00:22
10	52	2	600	10:52:02 AM	HEAD NET	00:00:05
10	52	38	859	10:52:38 AM	DATAPROM	00:00:36
10	52	47	152	10:52:47 AM	HEAD NET	00:00:09
10	53	11	668	10:53:11 AM	DATAPROM	00:00:24
10	53	18	796	10:53:18 AM	HEAD NET	00:00:07
10	53	39	207	10:53:39 AM	DATAPROM	00:00:21
10	53	42	146	10:53:42 AM	HEAD NET	00:00:03
10	54	20	506	10:54:20 AM	DATAPROM	00:00:38
10	54	30	765	10:54:30 AM	HEAD NET	00:00:10
10	54	47	649	10:54:47 AM	DATAPROM	00:00:17
10	54	51	220	10:54:51 AM	HEAD NET	00:00:04
10	55	6	343	10:55:06 AM	DATAPROM	00:00:15
10	55	11	409	10:55:11 AM	HEAD NET	00:00:05
10	55	33	171	10:55:33 AM	DATAPROM	00:00:22
10	55	43	251	10:55:43 AM	HEAD NET	00:00:10
10	56	11	243	10:56:11 AM	DATAPROM	00:00:28
10	56	13	851	10:56:13 AM	HEAD NET	00:00:02
10	56	36	901	10:56:36 AM	DATAPROM	00:00:23
10	56	44	445	10:56:44 AM	HEAD NET	00:00:08
10	57	4	762	10:57:04 AM	DATAPROM	00:00:20
10	57	8	894	10:57:08 AM	HEAD NET	00:00:04

Este documento foi assinado digitalmente por Jacqueline Mara Felisbino.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código 70F3-1186-7FE9-6DA2.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/70F3-1186-7FE9-6DA2> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 70F3-1186-7FE9-6DA2



Hash do Documento

CD040841126C140001DB194C91DD8B3165CD0678445F9AF3D39F2010960B5DCC

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/11/2024 é(são) :

☒ Jacqueline Mara Felisbino - 659.272.819-15 em 29/11/2024 13:51
UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



**DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS
DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ/MF N.º 80.590.045/0001-00
QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO
E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA., com sede e foro em Curitiba – PR, na Rua Tenente Francisco Ferreira de Souza, n. 470, bairro Hauer, CEP 81.630-010, com contrato social registrado na Junta Comercial do Paraná sob NIRE n.º 41202071468, em 30/08/1988, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 80.590.045/0001-00, neste ato representada por seus sócios administradores, **SIMARA PREVIDI OLANDOSKI**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, psicóloga, residente e domiciliada em Curitiba – PR, na Avenida Silva Jardim, n.º 2.132, apto. 81, bairro Rebouças, CEP 80.250-200, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 664.197/PR e inscrita no CPF/MF sob o n.º 429.140.359-34 e **ALBERTO MAUAD ABUJAMRA**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, residente e domiciliado em Curitiba – PR, na Rua Pedro Viriato Parigot de Souza, n.º 1.861, apto. 1.401, bairro Mossunguê, CEP 81.200-100, portador da Cédula de Identidade RG n.º 835.279-8/PR e inscrito no CPF/MF n.º 354.025.559-15; por vontade unânime de seus sócios administradores, promover a presente alteração do Contrato Social da Sociedade, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO INGRESSO DO ESPÓLIO EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DE SÓCIO E NOMEAÇÃO DE NOVO ADMINISTRADOR

- 1.1. Em decorrência do falecimento do sócio **ALBERTO MAUAD ABUJAMRA**, na data de 29/04/2024, conforme Certidão de Óbito expedida em 30/04/2024, matrícula '083295 01 55 2024 4 00047 030 0012976 91', com o selo digital de fiscalização n.º 5FRCL.kb2Tv.dC4Qd.3HIJ4.F404q do Serviço Distrital do Campo Comprido de Curitiba/PR, passa a representar o Espólio a Sra. **JACQUELINE MARA FELISBINO**, brasileira, natural de Curitiba/PR, nascida em 28/12/1967, divorciada, empresária, residente e domiciliada no Município de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1.861, apto. 1.401, bairro Mossunguê, CEP 81.200-100, portadora da Cédula de Identidade n.º 3.349.072-0/SSP-PR e inscrita no CPF/MF sob n.º 659.272.819-15, **nomeada Inventariante**, conforme Escritura Pública de Nomeação de Inventariante emitida em 08/05/2024 pelo 8º Tabelionato de Notas da Comarca de Curitiba-PR, registrado no Livro 1547-N, Folhas 88/90, lançada no Livro Protocolo Geral n.º 1724/2024, com selo digital de fiscalização n.º SFTN2.vJAJN.ssPJA.xoMGe.F397q e Matrícula Notarial Eletrônica 080622.2024.05.09.00002523-19, que ficou autorizada pelos herdeiros na aludida escritura a gerir todas as quotas sociais outrora de titularidade do sócio falecido, incluindo poderes amplos e gerais de representação e deliberação societária, assinatura e prática de todos os atos que se fizerem necessários para

**DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS
DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ/MF N.º 80.590.045/0001-00
QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO
E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

administração e prosseguimento das atividades sociais da sociedade, assim como o recebimento e gestão de distribuições de lucros em nome do Espólio.

- 1.2. Igualmente em decorrência do falecimento, os sócios, por unanimidade, deliberam que a sociedade passará a ser administrada pela não sócia **JACQUELINE MARA FELISBINO**, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada no Município de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1.861, apto. 1.401, bairro Mossunguê, CEP 81.200-100, portadora da Cédula de Identidade n.º 3.349.072-0/SSP-PR e inscrita no CPF/MF sob n.º 659.272.819-15 e pela sócia **SIMARA PREVIDI OLANDOSKI**, repartidas, contudo, as competências de cada um, conforme previsto na Cláusula Sétima do presente contrato social.
- 1.3. A Administradora não sócia nomeada no item 1.2 desta Cláusula e a sócia administradora declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidas por lei especial, do exercício da administração de sociedade empresária, e que não se acham condenadas a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, conforme art. 1.011, parágrafo 1º da Lei n.º 10.406/02.
- 1.4. Em razão das alterações acima elencadas, os sócios, por unanimidade, deliberam que a CLÁUSULA SÉTIMA do contrato social passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SÉTIMA – ADMINISTRAÇÃO E ATRIBUIÇÕES: *A administração da sociedade caberá à administradora não sócia **JACQUELINE MARA FELISBINO**, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada no Município de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1.861, apto. 1.401, bairro Mossunguê, CEP 81.200-100, portadora da Cédula de Identidade n.º 3.349.072-0/SSP-PR e inscrita no CPF/MF sob n.º 659.272.819-15 e à sócia **SIMARA PREVIDI OLANDOSKI**, repartidas, contudo, as competências de cada um, conforme segue:*

Parágrafo Primeiro – *A gestão comercial da empresa caberá única e exclusivamente à administradora não sócia **JACQUELINE MARA FELISBINO**, notadamente os projetos de negócios, termos ou acordos, contratos,*

**DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS
DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ/MF N.º 80.590.045/0001-00
QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO
E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

compromissos comerciais, convênios, a associação ou parceria com outras empresas, instrumentos de compromisso ou constituição de consórcios e/ou sociedades com propósito específico, contratação de representantes comerciais e/ou executivos de negócios, entre outras atividades inerentes à área comercial da sociedade, com poderes, nesta seara, para representação ativa e passiva da sociedade de forma individual, até o limite de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), respondendo por perdas e danos perante a sociedade nos casos de omissão e/ou realização de operações em desacordo com o melhor interesse da sociedade.

Parágrafo Segundo – *Caberá a SIMARA PREVIDI OLANDOSKI, em conjunto com a administradora não sócia JACQUELINE MARA FELISBINO, a prática de atos de gestão da sociedade, podendo assinar em conjunto ou isoladamente, os cheques e instrumentos bancários (cujo valor não ultrapasse R\$ 5.000,00 [cinco mil reais]), formulários de abertura ou encerramento de contas, documentos referentes à contratação ou demissão de funcionários, bem como outros documentos da sociedade que não tenham cunho exclusivamente comercial.*

Parágrafo Terceiro – *Caberá a SIMARA PREVIDI OLANDOSKI, em conjunto com a administradora não sócia JACQUELINE MARA FELISBINO, a prática de atos de gestão da sociedade, assinando sempre conjuntamente, os cheques e instrumentos bancários em valores superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), bem como a contratação de créditos ou dívidas e a alienação de bens ou ativos da sociedade, independentemente do valor.*

Parágrafo Quarto – *Os projetos de negócios, termos ou acordos, contratos, compromissos comerciais, convênios, a associação ou parceria com outras empresas, instrumentos de compromisso ou constituição de consórcios e/ou sociedades com propósito específico, que envolvam valores superiores à R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), serão objeto de deliberação prévia dos sócios, em reunião marcada para este fim, da qual será lavrada a respectiva ata. Uma vez decidido o assunto, os documentos oriundos do mesmo, se tiverem cunho exclusivamente comercial, serão assinados isoladamente pela administradora não sócia JACQUELINE MARA FELISBINO, sem prejuízo da responsabilidade interna da sócia SIMARA PREVIDI OLANDOSKI perante a sociedade e perante o outro sócio.*

Parágrafo Quinto – *A realização da assembleia prevista no Parágrafo Quarto será dispensada nos casos em que os documentos oriundos das questões envolvendo*

**DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS
DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ/MF N.º 80.590.045/0001-00
QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO
E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

valores superiores a R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) sejam assinados por pelo menos 02 (dois) administradores.

Parágrafo Sexto – No caso de impasses entre os sócios relacionados às questões indicadas no Parágrafo Quarto, a decisão final ficará a encargo da administradora não sócia JACQUELINE MARA FELISBINO, responsável pela gestão comercial da sociedade.

Parágrafo Sétimo – Aos administradores é vedado se fazerem substituir no exercício de suas funções, sendo-lhes facultado, nos limites de seus poderes, constituir por instrumento público um procurador para lhe substituir por prazo não superior a 01 (um) ano e com poderes específicos.

Parágrafo Oitavo – Ambos os administradores ficam autorizados ao uso do nome empresarial e estão dispensados de caução, bem como investidos dos mais amplos e gerais poderes, podendo representar a sociedade em juízo ou fora dele, nas relações com terceiros, nas repartições públicas e autarquias, podendo assinar, em conformidade com as disposições deste Contrato Social, todos os documentos necessários à gestão da sociedade, podendo inclusive nomear procuradores desta, por instrumento público ou particular, desde que firmado com prazo determinado e poderes específicos.

Parágrafo Nono – Responderá por perdas e danos perante a sociedade o administrador que se omitir ou realizar operações, sabendo ou devendo saber que estava agindo em desacordo com o que foi previamente aprovado pela sociedade.”

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

- 2.1. Os sócios, por unanimidade, considerando-se a revogação do art. 1.033, inciso IV, do Código Civil (Revogado pela Lei Federal nº 14.195, de 2021), deliberam que a CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA do contrato social passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FALECIMENTO DE SÓCIO: O falecimento, falência ou afastamento de qualquer sócio não se constituirá causa para dissolução da sociedade, que permanecerá com seu(s) sócio(s) remanescente(s) e o Espólio do sócio falecido, até que se ultime a partilha.

**DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS
DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ/MF N.º 80.590.045/0001-00
QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO
E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Parágrafo Primeiro – Na hipótese de falecimento do sócio(a), observado o respectivo quinhão fixado em partilha judicial, os herdeiros poderão assumir a titularidade das cotas ou optar pela apuração de haveres e, neste caso, caberá ao(s) sócio(s) remanescente(s), juntamente com um dos herdeiros, ou representante legal, proceder ao imediato levantamento do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Período para fins de apuração dos haveres de cada uma das partes, na proporção das cotas que possuía na sociedade, devendo o pagamento devido ao(s) herdeiro(s) do(a) sócio(a) falecido(a) ser efetuado no prazo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da conclusão da apuração dos haveres que deverá ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) meses tendo por base a data do dia anterior ao do falecimento.

Parágrafo Segundo – Caso os herdeiros(as) decidirem assumir a titularidade das cotas deverão designar um dos herdeiros(as) ou representante legal para a continuação da sociedade. O(a) herdeiro(a) ou representante legal designado pelos herdeiros(as) deverá ser aprovado pelos sócios remanescentes. Caso o mesmo não seja aprovado os herdeiros(as) deverão designar um(a) outro(a) herdeiro(a) ou representante legal repetindo-se este procedimento até o mesmo seja aceito.”

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

3.1. Diante das deliberações supra, os sócios decidem consolidar o Contrato Social, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA.**

DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA., com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado Paraná, na Rua Tenente Francisco Ferreira de Souza, n. 470, bairro Hauer, CEP 81.630-010, com contrato social registrado na Junta Comercial do Paraná sob NIRE n.º 41202071468, em 30/08/1988, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 80.590.045/0001-00, neste ato representada por seus sócios administradores **SIMARA PREVIDI OLANDOSKI**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, psicóloga, residente e domiciliada em Curitiba – PR, na Avenida Silva Jardim, n.º 2.132, apto. 81, bairro Rebouças, CEP 80.250-200, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 664.197/PR e inscrita no CPF/MF sob o n.º 429.140.359-34 e o **ESPÓLIO DE ALBERTO MAUAD ABUJAMRA**, queera brasileiro, divorciado, engenheiro civil, residente e

**DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS
DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ/MF N.º 80.590.045/0001-00
QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO
E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

domiciliado em Curitiba – PR, na Rua Pedro Viriato Parigot de Souza, n.º 1.861, apto. 1.401, bairro Mossunguê, CEP 81.200-100, portador da Cédula de Identidade RG n.º 835.279-8/PR e inscrito no CPF/MF n.º 354.025.559-15, representado por sua Inventariante, **Jacqueline Mara Felisbino**, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada no Município de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pedro Viriato Parigot de Souza, n.º 1.861, apto. 1.401, bairro Mossunguê, CEP 81.200-100, portadora da Cédula de Identidade n.º 3.349.072-0/SSP-PR e inscrita no CPF/MF sob n.º 659.272.819-15, resolvem, por unanimidade de votos de seus sócios administradores, consolidar o Contrato Social da Sociedade, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO SOCIAL E INÍCIO DAS ATIVIDADES: A sociedade denomina-se **DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA.**, tendo iniciado suas atividades em 30 de agosto de 1988.

CLÁUSULA SEGUNDA – SEDE: A sociedade tem sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Tenente Francisco Ferreira de Souza, n. 470, Bairro Hauer, CEP 81.630-010.

Parágrafo Primeiro – Abertura de Filiais: É facultada a sociedade a qualquer tempo, ao arbítrio exclusivo de sua administração, abrir, manter ou encerrar filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhes capital autônomo, se necessário, observada a legislação vigente sobre a matéria.

Parágrafo Segundo – Filiais: A sociedade possui 7 (sete) filiais: **Filial n.º 1)** Com sede na Cidade de São Luís – Maranhão, Rua do Aririzal, n.º 02, bairro Cohama, “Comercial Aririzal Center”, loja n.º 09, CEP 65067-197; inscrita no CNPJ sob n.º 80.590.045/0005-26, com registro NIRE na JUCEG sob n.º 52900964084; **Filial n.º 2)** Com sede na Cidade de Goiânia – Goiás, na Rua 14, n.º 223, Quadra C-16, Lote 12/15, Sala n.º 1407, Condomínio QS 01, bairro Jardim Goiás, CEP 74.805-480, inscrita no CNPJ sob n.º 80.590.045/0008-79, com registro NIRE na JUCEMA sob n.º 21900188798; **Filial n.º 3)** Com sede na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, na Avenida Londres, n.º 386, bairro Bonsucesso, CEP 21041-030, inscrita no CNPJ sob n.º 80.590.045/0009-50, com registro NIRE na JUCERJA sob n.º 33.9.0149841-3; **Filial n.º 4)** Com sede na Cidade de Florianópolis – SC, na Rodovia Francisco Magno Vieira, n.º 946, bairro Rio Tavares, CEP 88.063-700, inscrita no CNPJ sob n.º 80.590.045/0011-74, com registro NIRE na JUCESC sob n.º 42902068932; **Filial n.º 5)** Com sede na Cidade de Porto Velho – RO, na Rua José Vieira Caúla, n.º 4.601, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, CEP 76.820-519, inscrita no CNPJ sob n.º 80.590.045/0010-93, com registro NIRE na JUCER sob n.º 11900297050; **Filial n.º 6)** Com sede na Cidade de Campos dos

**DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS
DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ/MF N.º 80.590.045/0001-00
QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO
E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Goytacazes – RJ, localizada na Rua Maria Ignes dos Santos, n.º 29 -: PARTE, Bairro Parque Aurora, CEP 28.026-115; e **Filial n.º 7)** com sede na Cidade de Rondonópolis – MT, localizada na Avenida Tiradentes, n.º 1841, Edifício Empresarial PRIME, sala n.º 1207, Bairro Centro-A, CEP 78.700-028; inscrita no CNPJ sob n.º 80.590.045/0013-36, com registro NIRE na JUCEMAT sob n.º 51920040553.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO SOCIAL: A sociedade tem por objeto social as seguintes atividades:

- Reprodução de som em qualquer suporte (CNAE 1830-0/01);
- Reprodução de vídeo em qualquer suporte (CNAE 1830-0/02);
- Reprodução de software em qualquer suporte (CNAE 1830-0/03);
- Fabricação de componentes eletrônicos (CNAE 2610-8/00);
- Fabricação de equipamentos de informática (CNAE 2621-3/00);
- Fabricação de periféricos para equipamentos de informática (CNAE 2622-1/00);
- Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios (CNAE 2631-1/00);
- Fabricação de aparelhos telefônicos e de equipamentos de comunicação, peças e acessórios (CNAE 2632-9/00);
- Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo (CNAE 2640-0/00);
- Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle (CNAE 2651-5/00);
- Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios (CNAE 2670-1/02);
- Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme (CNAE 2790-2/02);
- Fabricação de equipamentos e aparelhos elétricos (CNAE 2790-2/99);
- Fabricação de máquinas, equipamentos, peças e acessórios de uso geral (CNAE 2829-1/99);
- Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos (CNAE 3299-0/03);
- Fabricação de painéis e letreiros luminosos (CNAE 3299-0/04);
- Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle (CNAE 3312-1/02);
- Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos (CNAE 3312-1/04);
- Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (CNAE 3313-9/99);

**DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS
DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ/MF N.º 80.590.045/0001-00
QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO
E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

- Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral (CNAE 3314-7/10);
- Instalação de máquinas e equipamentos industriais (CNAE 3321-0/00);
- Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica (CNAE 3511-5/02);
- Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos (CNAE 4211-1/02);
- Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas (CNAE 4213-8/00);
- Construção de estações e redes de telecomunicações (CNAE 4221-9/04);
- Manutenção de estações e redes de telecomunicações (CNAE 4221-9/05);
- Montagem de estruturas metálicas (CNAE 4292-8/01);
- Instalação e manutenção elétrica (CNAE 4321-5/00);
- Instalações de sistema de prevenção contra incêndio (CNAE 4322-3/03);
- Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre (CNAE 4329-1/02);
- Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos (CNAE 4329-1/04);
- Obras de fundações (CNAE 4391-6/00);
- Administração de obras (CNAE 4399-1/01);
- Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores (CNAE 4520-0/07);
- Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves (CNAE 4614-1/00);
- Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos (CNAE 4618-4/99);
- Comércio atacadista de equipamentos de informática (CNAE 4651-6/01);
- Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças (CNAE 4665-6/00);
- Comércio atacadista de máquinas e equipamentos; partes e peças (CNAE 4669-9/99);
- Comércio atacadista de material elétrico (CNAE 4673-7/00);
- Comércio atacadista especializado de materiais de construção (CNAE 4679-6/04);
- Comércio varejista de material elétrico e material de construção (CNAE 4742-3/00 e CNAE 4744-0/05);
- Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática (CNAE 4751-2/01);
- Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação (CNAE 4752-1/00);

**DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS
DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ/MF N.º 80.590.045/0001-00
QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO
E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

- Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 5211-7/99);
- Atividades auxiliares dos transportes terrestres (CNAE 5229-0/99);
- Administração da infraestrutura portuária (CNAE 5231-1/01);
- Atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem (CNAE 5240-1/99)
- Serviços de redes de transporte de telecomunicações – SRTT (CNAE 6110-8/02);
- Serviços de comunicação multimídia – SCM (CNAE 6110-8/03);
- Provedores de acesso às redes de comunicações (CNAE 6190-6/01);
- Provedores de voz sobre protocolo internet – VOIP (CNAE 6190-6/02);
- Atividades de telecomunicações (6190-6/99);
- Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda (CNAE 6201-5/01);
- Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis (CNAE 6202-3/00);
- Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis (CNAE 6203-1/00);
- Consultoria em tecnologia da informação (CNAE 6204-0/00);
- Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (CNAE 6209-1/00);
- Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet (CNAE 6311-9/00);
- Serviços de engenharia (CNAE 7112-0/00);
- Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia (CNAE 7119-7/03);
- Testes e análises técnicas (CNAE 7120-1/00);
- Aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador (CNAE 7739-0/99);
- Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico (CNAE 8020-0/01);
- Serviços de operação de radares para órgãos públicos (CNAE 8299-7/99);
- Treinamento em informática (CNAE 8599-6/03);
- Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos (CNAE 9511-8/00);
- Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação (CNAE 9512-6/00);
- Exploração de máquinas de serviços pessoais acionadas por moeda (CNAE

**DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS
DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ/MF N.º 80.590.045/0001-00
QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO
E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

9609-2/04).

- Fabricação de aparelhos ou equipamentos mecânicos ou eletromecânicos para sinalização ou segurança em ferrovias (CNAE 3032-6/00);
- Serviços de consultoria em sistemas de segurança (CNAE 7490-1/99);

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE DURAÇÃO: O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA – CAPITAL SOCIAL: O capital social subscrito e integralizado, que é de R\$ 18.600.000,00 (dezoito milhões e seiscentos mil reais), dividido em 12.400.000 (doze milhões e quatrocentas mil) cotas, no valor de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) cada uma, está assim distribuído entre os sócios:

Sócios	Capital (R\$)	Cotas	Porcentagem
Simara Previdi Olandoski	9.300.000,00	6.200.000	50,00%
Espólio de Alberto Mauad Abujamra	9.300.000,00	6.200.000	50,00%
Totais	18.600.000,00	12.400.000	100 %

CLÁUSULA SEXTA – LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas e não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais (art. 1052 c/c art. 997, VII da Lei nº 10.406/2002). A responsabilidade dos sócios é regida de conformidade com o capítulo da sociedade limitada disposto pela lei nº 10.406/2002, e na omissão deste capítulo, supletivamente pelas normas da lei nº 6.404/76.

CLÁUSULA SÉTIMA – ADMINISTRAÇÃO E ATRIBUIÇÕES: A administração da sociedade caberá à administradora não sócia **JACQUELINE MARA FELISBINO**, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada no Município de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1.861, apto. 1.401, bairro Mossunguê, CEP 81.200-100, portadora da Cédula de Identidade n.º 3.349.072-0/SSP-PR e inscrita no CPF/MF sob n.º 659.272.819-15 e à sócia **SIMARA PREVIDI OLANDOSKI**, repartidas, contudo, as competências de cada um, conforme segue:

Parágrafo Primeiro – A gestão comercial da empresa caberá única e exclusivamente à não sócia JACQUELINE MARA FELISBINO, notadamente os projetos de negócios, termos ou acordos, contratos, compromissos comerciais, convênios, a associação ou parceria com outras empresas, instrumentos de compromisso ou constituição de consórcios e/ou sociedades com propósito específico, contratação de representantes comerciais e/ou executivos de negócios, entre outras atividades inerentes à área comercial da sociedade,

**DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS
DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ/MF N.º 80.590.045/0001-00
QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO
E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

com poderes, nesta seara, para representação ativa e passiva da sociedade de forma individual, até o limite de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), respondendo por perdas e danos perante a sociedade nos casos de omissão e/ou realização de operações em desacordo com o melhor interesse da sociedade.

Parágrafo Segundo – Caberá a SIMARA PREVIDI OLANDOSKI, em conjunto com a administradora não sócia JACQUELINE MARA FELISBINO, a prática de atos de gestão da sociedade, podendo assinar em conjunto ou isoladamente, os cheques e instrumentos bancários (cujo valor não ultrapasse R\$ 5.000,00 [cinco mil reais]), formulários de abertura ou encerramento de contas, documentos referentes à contratação ou demissão de funcionários, bem como outros documentos da sociedade que não tenham cunho exclusivamente comercial.

Parágrafo Terceiro – Caberá a SIMARA PREVIDI OLANDOSKI, em conjunto com a administradora não sócia JACQUELINE MARA FELISBINO, a prática de atos de gestão da sociedade, assinando sempre conjuntamente, os cheques e instrumentos bancários em valores superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), bem como a contratação de créditos ou dívidas e a alienação de bens ou ativos da sociedade, independentemente do valor.

Parágrafo Quarto – Os projetos de negócios, termos ou acordos, contratos, compromissos comerciais, convênios, a associação ou parceria com outras empresas, instrumentos de compromisso ou constituição de consórcios e/ou sociedades com propósito específico, que envolvam valores superiores à R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), serão objeto de deliberação prévia dos sócios, em reunião marcada para este fim, da qual será lavrada a respectiva ata. Uma vez decidido o assunto, os documentos oriundos do mesmo, se tiverem cunho exclusivamente comercial, serão assinados isoladamente pela administradora não sócia JACQUELINE MARA FELISBINO, sem prejuízo da responsabilidade interna da sócia SIMARA PREVIDI OLANDOSKI perante a sociedade e perante o outro sócio.

Parágrafo Quinto – A realização da assembleia prevista no Parágrafo Quarto será dispensada nos casos em que os documentos oriundos das questões envolvendo valores superiores a R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) sejam assinados por pelo menos 02 (dois) administradores.

Parágrafo Sexto – No caso de impasses entre os sócios relacionados às questões indicadas no Parágrafo Quarto, a decisão final ficará a cargo da administradora não sócia JACQUELINE MARA FELISBINO, responsável pela gestão comercial da sociedade.

**DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS
DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ/MF N.º 80.590.045/0001-00
QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO
E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Parágrafo Sétimo – Aos administradores é vedado se fazerem substituir no exercício de suas funções, sendo-lhes facultado, nos limites de seus poderes, constituir por instrumento público um procurador para lhe substituir por prazo não superior a 01 (um) ano e com poderes específicos.

Parágrafo Oitavo – Ambos os administradores ficam autorizados ao uso do nome empresarial e estão dispensados de caução, bem como investidos dos mais amplos e gerais poderes, podendo representar a sociedade em juízo ou fora dele, nas relações com terceiros, nas repartições públicas e autarquias, podendo assinar, em conformidade com as disposições deste Contrato Social, todos os documentos necessários à gestão da sociedade, podendo inclusive nomear procuradores desta, por instrumento público ou particular, desde que firmado com prazo determinado e poderes específicos.

Parágrafo Nono – Responderá por perdas e danos perante a sociedade o administrador que se omitir ou realizar operações, sabendo ou devendo saber que estava agindo em desacordo com o que foi previamente aprovado pela sociedade.

CLÁUSULA OITAVA – IMPEDIMENTO DE USO DE DENOMINAÇÃO SOCIAL: Os administradores são investidos de todos os poderes necessários para prática dos atos de gestão, ficando vedados os avais, fianças ou outras garantias de favor, bem como, o uso ou emprego da denominação social em negócios ou transações estranhas aos objetivos sociais.

CLÁUSULA NONA – REUNIÕES E DELIBERAÇÕES SOCIAIS: As deliberações sociais serão tomadas em reuniões de sócios, que serão presididas e secretariadas por um dos sócios presentes, que lavrará Ata de Reunião circunstanciada, em que serão registrados os principais fatos e assuntos tratados, que será levada posteriormente à registro em órgão competente, ficando a sociedade dispensada da manutenção e lavratura de Livro de Ata.

Parágrafo Primeiro – A convocação para a reunião de sócios se dará por escrito, com obtenção individual da ciência, dispensando-se as formalidades da publicação do anúncio de convocação, conforme o §6º, do artigo 1.072, da Lei nº 10.406/2002.

Parágrafo Segundo – A reunião dos sócios instala-se com a presença de ambos os sócios. Na ausência de um destes, a reunião ficará automaticamente prorrogada para o 5º dia útil subsequente ou para outra data posterior que venha a ser combinada entre os sócios por escrito. O sócio ausente à reunião poderá, no entanto, fazer-se representar conforme

**DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS
DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ/MF N.º 80.590.045/0001-00
QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO
E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

o disposto no parágrafo sétimo da cláusula sétima, outorgando poderes ao representante para deliberar sobre os assuntos colocados em pauta.

Parágrafo Terceiro – Fica dispensada a reunião, quando todos os sócios decidirem por escrito sobre as matérias objeto de deliberação, consubstanciando o decidido em ata, para o devido registro no órgão competente, nos termos do §3º, do art. 1.072, e §2º, do art. 1075, ambos da Lei nº 10.406/2002.

Parágrafo Quarto – A reunião dos sócios ocorrerá nos termos previstos em lei, ordinariamente, nos quatro primeiros meses depois de findo o exercício social, de acordo com o artigo 1.078 da Lei nº 10.406/2002 e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos sócios, salvo se todos os sócios estiverem presentes e decidirem por escrito acerca da matéria em pauta.

Parágrafo Quinto – Nas reuniões, conforme previsto no art. 1.074, §1º, da Lei nº 10.406/2002, o sócio poderá ser representado por outro sócio ou por procurador devidamente constituído, ficando sob os cuidados da sociedade o respectivo documento.

Parágrafo Sexto – Os sócios deliberarão em reuniões sobre as seguintes matérias, ressalvado o dispositivo no parágrafo terceiro da presente cláusula:

1. Em reuniões ordinárias:

- a. Aprovação das contas da administração;
- b. Designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- c. Qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

2. Em reuniões extraordinárias:

- a. Destituição dos administradores;
- b. Modificação do contrato social;
- c. Incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- d. Nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- e. Pedido de recuperação judicial;
- f. Demais assuntos constantes da ordem do dia.

CLÁUSULA DÉCIMA – RETIRADAS DE PRÓ-LABORE: Pelo exercício da administração, os administradores terão direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, observadas as

**DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS
DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ/MF N.º 80.590.045/0001-00
QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO
E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

disposições regulamentares pertinentes, ficando sob a liberalidade dos sócios a fixação do valor e data de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESULTADO E SUA DISTRIBUIÇÃO: O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e ao término de cada exercício, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, elaborando as demonstrações financeiras exigidas legalmente.

Parágrafo Primeiro – A sociedade poderá aprovar em reunião dos sócios, devidamente convocada, a respeito da distribuição dos resultados, que será proporcional aos percentuais de participação do quadro societário.

Parágrafo Segundo – Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CESSÃO DE COTAS: As cotas da sociedade são indivisíveis e não podem ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o expresso consentimento dos demais sócios, cabendo, em igualdade de condições, o direito de preferência de acordo com a participação que possuir, para os sócios que queiram adquiri-las.

Parágrafo Único – O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá comunicar aos demais, por intermédio de carta registrada, com antecedência de 90 (noventa) dias a sua intenção de não mais continuar na sociedade e o valor que pretende receber pela sua participação. Não exercido o direito de preferência neste prazo, as cotas poderão ser livremente negociadas com terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FALECIMENTO DE SÓCIO: O falecimento, falência ou afastamento de qualquer sócio não se constituirá causa para dissolução da sociedade, que permanecerá com seu(s) sócios(s) remanescente(s) e o Espólio do sócio falecido, até que se ultime a partilha.

Parágrafo Primeiro – Na hipótese de falecimento do sócio(a), observado o respectivo quinhão fixado em partilha judicial, os herdeiros poderão assumir a titularidade das cotas ou optar pela apuração de haveres e, neste caso, caberá ao(s) sócio(s) remanescente(s), juntamente com um dos herdeiros, ou representante legal, proceder ao imediato levantamento do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Período para fins

**DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS
DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ/MF N.º 80.590.045/0001-00
QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO
E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

de apuração dos haveres de cada uma das partes, na proporção das cotas que possuía na sociedade, devendo o pagamento devido ao(s) herdeiro(s) do(a) sócio(a) falecido(a) ser efetuado no prazo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da conclusão da apuração dos haveres, que deverá ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) meses tendo por base a data do dia anterior ao do falecimento.

Parágrafo Segundo – Caso os herdeiros(as) decidirem assumir a titularidade das cotas deverão designar um dos herdeiros(as) ou representante legal para a continuação da sociedade. O(a) herdeiro(a) ou representante legal designado pelos herdeiros(as), deverá ser aprovado pelos sócios remanescentes. Caso o mesmo não seja aprovado os herdeiros(as) deverão designar um(a) outro(a) herdeiro(a) ou representante legal repetindo-se este procedimento até o mesmo seja aceito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE – A sociedade será dissolvida apenas por deliberação dos sócios-cotistas, para este fim convocados, respeitado o quórum deliberativo previsto no parágrafo sétimo, da Cláusula nona.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS: De conformidade como o que dispõe o artigo 1.053, Parágrafo Único, do Código Civil – Lei 10.406/2002, observar-se-ão na omissão deste contrato e do capítulo das sociedades limitadas do diploma legal nominado, as disposições contidas na lei das sociedades anônimas, aplicável supletivamente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DESIMPEDIMENTO: Os administradores declaram, sob as penas da lei, expressamente que não se acham impedidos de exercer a atividade empresarial, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, nos termos do art. 1.011, § 1º, da Lei 10.406/2002, bem como, não se acham incursos na proibição de arquivamento previsto na Lei nº 8.934/94.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA: Para a resolução de impasses entre os sócios (incluídos aqui quaisquer impasses relacionados à gestão da sociedade e estratégias comerciais) ou deles contra a sociedade, fundada em existência, administração ou neste instrumento, que não sejam dirimidas amigavelmente, deverão ser resolvidas de forma definitiva por meio de Arbitragem, de acordo com os termos do Regulamento de Arbitragem e Mediação da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Câmara de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (CAMFIEP), sob administração desta mesma Câmara.

**DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS
DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ/MF N.º 80.590.045/0001-00
QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO
E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Parágrafo Primeiro – O Tribunal Arbitral será constituído de 03 (três) árbitros, cabendo a cada uma das partes a escolha de um árbitro. Os árbitros indicados pelas partes deverão escolher em conjunto o terceiro árbitro, a quem caberá a Presidência do Tribunal Arbitral. Caso não se chegue a um acordo quanto à escolha do terceiro árbitro, este será escolhido na forma do Regulamento.

Parágrafo Segundo – A Arbitragem será sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, local em que também deverá ser prolatada a Sentença Arbitral.

Parágrafo Terceiro – Aplicar-se-á ao processo arbitral o previsto no Regulamento de Arbitragem e Mediação da CAMFIEP e na Lei Federal n.º 9.307/1996, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.

Parágrafo Quarto – As partes deverão manter confidencialidade e se comprometem a não divulgar (e a não permitir a divulgação de) toda e qualquer informação ou documento referente à Arbitragem (incluindo informações sobre a sua existência), com exceção dos casos em que: (a) o dever de divulgar tais informações decorrer da Lei; b) a revelação de tais informações for apresentada a uma Autoridade Estatal; c) a divulgação de tais informações for necessária para a execução judicial das decisões proferidas pelo Tribunal Arbitral; ou ainda (d) tais informações se tornarem públicas por qualquer outro meio não relacionado à violação da obrigação de confidencialidade ora prevista. Toda e qualquer controvérsia relacionada à obrigação de manter sigilo, incluindo a condenação pelos danos oriundos de sua quebra, será resolvida pelo Tribunal Arbitral, de forma final e vinculante.

Parágrafo Quinto – As partes aderem ao procedimento previsto no Regulamento de Arbitragem e Mediação da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CAMFIEP, para quaisquer medidas urgentes que sejam necessárias.

Parágrafo Sexto – As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da Sentença Arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser comunicada de imediato à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da CAMFIEP, e ao Tribunal Arbitral, caso já constituído, e não implicará nem deverá ser interpretada como renúncia à Arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente Cláusula Arbitral.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam por meio eletrônico o presente instrumento de Alteração e Consolidação do Contrato Social da sociedade, em via única.

**DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS
DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ/MF N.º 80.590.045/0001-00
QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO
E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Curitiba – PR, 18 de junho de 2024.

SIMARA PREVIDI OLANDOSKI
Sócia Administradora

ESPÓLIO DE ALBERTO MAUAD ABUJAMRA
Representado pela Inventariante
Jacqueline Mara Felisbino

JACQUELINE MARA FELISBINO
Administradora Não Sócia



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE INFORMATICA INDUSTRIAL LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
42914035934	SIMARA PREVIDI OLANDOSKI
65927281915	JACQUELINE MARA FELISBINO



CERTIFICO O REGISTRO EM 21/06/2024 14:05 SOB N° 20244435022.
PROTOCOLO: 244435022 DE 21/06/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12408769001. CNPJ DA SEDE: 80590045000100.
NIRE: 41202071468. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 18/06/2024.
DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE INFORMATICA INDUSTRIAL LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PR

NOME
JACQUELINE MARA FELISBINO

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
33490720 SESP PR

CPF
659.272.819-15

DATA NASCIMENTO
28/12/1967

FILIAÇÃO
VALDIR MANOEL FELISBINO
ADELIA ACORDI FELISBINO

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
01587302430

VALIDADE
25/01/2026

1ª HABILITAÇÃO
11/07/1991

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
CURITIBA, PR

DATA EMISSÃO
30/04/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

26158949221
PR919914249

PARANÁ

DENATRAN CONTRAN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2069217901

2069217901

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2566834959

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME
SIMARA PREVIDI OLANDOSKI

1ª HABILITAÇÃO
03/11/1970



7 ASSINATURA DO PORTADOR


3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
14/05/1947, CURITIBA, PR

4a DATA EMISSÃO
08/03/2023

4b VALIDADE
08/03/2026

ACC
D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF
6641970 SESP PR

4d CPF
429.140.359-34

5 Nº REGISTRO
02209316145

9 CAT HAB
B

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
NILO PREVIDI

MAGDALENA PREVIDI

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Este arquivo não pode ser utilizado como documento de habilitação.

2566834959

9	10	11	12
ACC 			
A 			
A1 			
B 		08/03/2026	
B1 			
C 			
C1 			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL
CURITIBA, PR

9	10	11	12
D 			
D1 			
BE 			
CE 			
C1E 			
DE 			
D1E 			

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
03169188075
PR923057259

PARANÁ



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MUNICÍPIO E COMARCA DE CURITIBA • ESTADO DO PARANÁ

Serviço Distrital do Boqueirão

Mônica Maria Guimarães de Macedo Dalla Vecchia

Titular

Avenida Marechal Floriano Peixoto, 8155 • Boqueirão • CEP 81.650-000 • Curitiba • Paraná • Fone: (41) 3123-9999

Livro 1102-P

Protocolo 0004422

Folha 004/006

Certifico a pedido verbal de parte interessada que revendo os livros deste Serviço Notarial, dentre eles o Livro nº **01102-P**, às Folhas **004/006**, verifiquei constar a **Procuração** do seguinte teor:-

**PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ:
DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE
INFORMATICA INDUSTRIAL LTDA, NA FORMA
ABAIXO:**

S/A/I/B/A/M quantos este Público Instrumento de Procuração bastante virem que, aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, **(25/06/2024)**, neste Município e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, perante este Serviço Notarial, compareceu, como **Outorgante: DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMATICA INDUSTRIAL LTDA**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 80.590.045/0001-00, com sede à rua Tenente Francisco Ferreira de Souza, 470, Hauer, Curitiba/PR; neste ato através de sua **Administradora Não Sócia: JACQUELINE MARA FELISBINO**, brasileira, divorciada, que declarou não conviver em união estável, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 3.349.072-0-SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº 659.272.819-15; e de sua **Sócia Administradora: SIMARA PREVIDI OLANDOSKI**, brasileira, casada, psicóloga, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 664.197-SESP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 429.140.359-34, com endereço profissional à rua Tenente Francisco Ferreira de Souza, 470, Hauer, Curitiba/PR; conforme seus atos constitutivos e certidão simplificada expedida em data de **24/06/2024**, devidamente arquivados, em formato digital, conforme autorizado pelo douto juízo de registros públicos desta capital no expediente SEI nº 0109413-66.2023.8.16.6000; o presente identificado, por mim **Guilherme da Silva Objuth, Escrevente**, conforme documentos de identificação apresentados, cuja capacidade reconheço, do que dou fé. E aí, pela Outorgante, por meio de suas representantes, me foi dito que nomeia e constitui sua bastante **Procuradora: JACQUELINE MARA FELISBINO**, brasileira, divorciada, que declarou não conviver em união estável, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 3.349.072-0-SESP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 659.272.819-15, residente e domiciliada à rua Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, 1861, Mossunguê, Curitiba/PR; à qual confere poderes para representar os interesses da Outorgante no foro em geral, em todos os atos que se fizerem necessários ou convenientes para administração da mesma, especialmente na assinatura e prática de todos e quaisquer atos que lhe sejam cabíveis por disposição legal, bem como nos limites dos poderes conferidos pelos respectivos contratos sociais, podendo representar a



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MUNICÍPIO E COMARCA DE CURITIBA • ESTADO DO PARANÁ

SERVIÇO DISTRITAL DO BOQUEIRÃO

Mônica Maria Guimarães de Macedo Dalla Vecchia

Titular

Avenida Marechal Floriano Peixoto, 8155 • Boqueirão • CEP 81.650-000 • Curitiba • Paraná • Fone: (41) 3123-9999

Livro 1102-P

Protocolo 0004422

Folha 004/006

sociedade em juízo ou fora dele, perante terceiros particulares e quaisquer autoridades, podendo ainda, representá-la junto às repartições públicas federais, estaduais, municipais, autárquicas e sociedades de economia mista, em quaisquer um de seus órgãos, por fim, representá-la perante todas e quaisquer instituições financeiras, podendo, para tanto, abrir, encerrar e movimentar contas, receber e passar recibo, assinar contratos bancários em geral, inclusive derivativos, emitir, endossar, aceitar, descontar e caucionar quaisquer títulos de créditos, realizar e resgatar aplicações financeiras, bem como prestar garantias reais e fidejussórias; podendo ainda, participar de concorrências públicas, nas modalidades presenciais e eletrônicas, em todas as suas modalidades, inclusive pregões, licitações e tomada de preços, formular ofertas e lances de preços, negociar preços, assinar proposta de preços e técnica, fazer e assinar declarações e relações em geral, visar documentos, efetuar e levantar caução, diretamente com pregoeiro, produzir e apresentar documentos, interposição de recursos e outros procedimentos cabíveis, firmar recibos, guias, termos, declarações, requerimentos, folhas ou livros; efetuar recadastramento, podendo juntar, apresentar e retirar documentos, pagar taxas, requerer, recorrer, concordar, acordar, assinar livros, termos, declarações, preencher requerimentos e assinar quaisquer documentos que se fizerem necessários; podendo ainda; realizar transações financeiras em moeda estrangeira, como operações em mercado de câmbio, operações de pagamentos no exterior, aquisição de moeda estrangeira em casas de câmbio no Brasil, entre outras congêneres; e praticar, finalmente, todos os demais atos necessários e indispensáveis ao fiel e cabal desempenho do presente mandato. **Podendo substabelecer.**

A Outorgante declara, através de suas representantes, ter sido alertada da responsabilidade civil e criminal pelos elementos declaratórios e da autenticidade dos documentos fornecidos por ela, constantes neste instrumento, e que após a sua assinatura, são inalteráveis, isentando esta serventia de todas as responsabilidades decorrentes. Pela Outorgante, através de suas representantes, foi-me dito, ainda, que a presente outorga tem validade até a data de **25/06/2025**, expirando, então, a sua validade. *Pela Outorgante, através de suas representantes, foi-me dito ainda, que a procuradora ora constituída, terá de prestar contas dos atos por ela praticados com fulcro na presente outorga.* Declaram as partes do presente instrumento, ter plena ciência e concordância, que o Serviço Distrital do Boqueirão em decorrência da lavratura do presente instrumento poderá acessar, utilizar, manter e processar, seja por meio eletrônico ou manual, dados pessoais e as informações e demais dados prestados, compartilhando-os com outros agentes de tratamento de dados, tão exclusivamente para fins de execução e conclusão do presente ato, tudo em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e conforme Provimento nº 318/2023 da Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal do Estado do Paraná. Pela Outorgante, me foi dito, através de suas representantes finalmente, que aceita esta procuração em todos os



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MUNICÍPIO E COMARCA DE CURITIBA • ESTADO DO PARANÁ

SERVIÇO DISTRITAL DO BOQUEIRÃO

Mônica Maria Guimarães de Macedo Dalla Vecchia

Titular

Avenida Marechal Floriano Peixoto, 8155 • Boqueirão • CEP 81.650-000 • Curitiba • Paraná • Fone: (41) 3123-9999

Livro 1102-P

Protocolo 0004422

Folha 004/006

seus termos, tal qual se acha redigida. Assim o disse, do que dou fé. A pedido, lavrei-lhe a presente procuração que, depois de lida e achada em tudo conforme, outorga, aceita e assina, não havendo a necessidade da presença de testemunhas instrumentárias, conforme faculta o artigo 676 do Código de Normas da Doutra Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Paraná. Protocolado sob nº 0004422 em data de 25/06/2024, às 09:10 horas. Eu, (a.), Guilherme da Silva Objuth, Escrevente, que a escrevi. Eu, (a.), Bel. Mauricio Scolaro, Tabelião Substituto que a fiz digitar, subscrevi, dou fé e assino. Emolumentos: R\$106,53(VRC 384,62), Funrejus: R\$26,63, Selo: R\$16,00, Outorgante/Outorgado Adicional: Não incide, FUNDEP: R\$5,33, ISSQN: R\$4,26. Total: R\$158,75. Selo Digital Nº SFTN2ZJb9NCcZKdbxYVz1336q. (aa.) DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMATICA INDUSTRIAL LTDA, JACQUELINE MARA FELISBINO, administradora não sócia da Outorgante. DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMATICA INDUSTRIAL LTDA, SIMARA PREVIDI OLANDOSKI, Sócia Administradora da Outorgante. Bel. Mauricio Scolaro, Tabelião Substituto. Traslada por **Certidão**, era o que se continha em referido ato, está tudo conforme ao seu próprio original. Eu, Eduardo Alves Lebbos, Escrevente, que a fiz extrair, conferi, subscrevo, dou fé e assino a presente. Emolumentos: R\$11,08(VRC 40,00), Funrejus: R\$2,77, Selo: R\$1,00, Buscas: Não incide, FUNDEP: R\$0,55, ISSQN: R\$0,44. Total: R\$15,84

O referido é verdade e dou fé.

Em Testº (aa.) da Verdade

Curitiba-PR, 25 de junho de 2024. 10:58:55 horas

Assinado digitalmente por:
EDUARDO ALVES LEBBOS
CPF: 113.747.129-81
Certificado emitido por AC Certisign RFB G5
Data: 25/06/2024 11:01:00 -03:00



Eduardo Alves Lebbos
Escrevente





MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: FK4SQ-V9JS8-UQ3T8-YCX9E

Este documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ EDUARDO ALVES LEBBOS (CPF 113.747.129-81) em 25/06/2024 11:01

Para verificar as assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código de validação ou siga o link a abaixo:

<https://assinatura.e-notariado.org.br/validate/FK4SQ-V9JS8-UQ3T8-YCX9E>